



BOLETIM INFORMATIVO



RESTROSPECTO DO VIGIFLUOR (DE JULHO/2021 A JUNHO/2022)

ESCRITO POR FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS, MSC. - DIVS/GESAM/DQA

NESTA EDIÇÃO:

RESTROSPECTO DO VIGIFLUOR
(PERÍODO DE 06/2021 A 06/2022)

VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEU OLHAR PARA
O VIGIFLUOR EM SANTA CATARINA:
A RELEVÂNCIA PÚBLICA NECESSÁRIA

PARCEIROS DO VIGIFLUOR: RELATOS DA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE
FLORIANÓPOLIS E DE PONTE ALTA DO
NORTE/SC,

UFSC/GEOGRAFIA: OS DESAFIOS PARA A
PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERSETORIAL
ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO - PARTE II

CICLO DE ESTUDOS DA VIGILÂNCIA DO
FLÚOR NAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO
PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
E SEUS FATORES DE INTERESSE

RESULTADOS DO MONITORAMENTO DO
VIGIFLUOR NO ESTADO DE SANTA
CATARINA: PERÍODO 01 A 04/22

FECHAMENTO: OLHAR AMPLIADO PARA A
SAÚDE DOS CATARINENSES

Conforme a Lei nº 11.445/2007, Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações necessárias para garantir o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população assegurando um meio ambiente saudável, refletido por meio da oferta de serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e dos resíduos sólidos, reduzindo de forma direta e/ou indireta a mortalidade infantil, melhorando a educação, expandindo o turismo, valorizando imóveis, ampliando a renda do trabalhador, despoluindo os rios e preservando os recursos hídricos (ABES, 2020).

Embora assegurado em lei, a falta de saneamento no Brasil ainda é relevante. Atualmente, são contabilizados aproximadamente 35 milhões de brasileiros sem água tratada, e quase metade da população (100 milhões de pessoas) não é alcançada pelo serviço de coleta de esgoto. Além disso, apenas metade do esgoto coletado no país é devidamente tratado. Esse cenário repercute em custos na saúde pública na forma de doenças que poderiam ser facilmente evitadas, além de degradação ambiental.

Neste contexto, os órgãos sanitários desenvolvem atividades fundamentais de monitoramento da qualidade da água oferecida e consumida pela população, servindo como subsídio para a tomada de decisões por parte da autoridade sanitária.

No rol dos indicadores de acesso a serviços de saneamento básico, encontra-se a saúde bucal que, no caso de Santa Catarina, estudos recentes apontam uma cobertura de saúde bucal superior à média nacional (65,4%). O VIGIFLUOR atua nessa direção, incorporando valores e atitudes voltadas a estratégias para melhorar a qualidade dos sistemas de abastecimento.

A vigilância institui essas estratégias, incluindo ainda a rápida disseminação dos resultados para aqueles responsáveis pela prevenção e pelo controle.

Um dos propósitos do VIGIFLUOR/SC é compor uma base de indicadores de acesso livre e dar visibilidade aos resultados do esforço realizado pelos órgãos de vigilância.

Seguindo essa proposta, ao longo do período dos últimos 12 meses, Sônia Quadri, Sandro Ventura Penedo e Ana Cristina Pinheiro do Prado apoiados pela gerente Michele Marcon Telles, empregaram esforços de trabalho na construção e elaboração de excelentes matérias publicadas nos Boletins Informativos VIGIFLUOR SC.

Composta por uma equipe multidisciplinar, os servidores que atuam no VIGIFLUOR SC, por meio de reuniões de planejamento, discussão minuciosa para seleção dos conteúdos a serem abordados, há mais de 1 ano compartilham os conhecimentos que transitam entre a biologia, a química, a farmácia e a geografia, dedicando-se para além de suas formações de graduação, aprendendo a desenvolver "design gráfico" e textos informativos de caráter "jornalístico"!

Esse nível de produto elaborado só foi alcançado como resultado do trabalho de uma equipe que além do esforço e dedicação "gosta do que faz", sendo dessa forma possível a interação e promoção das parcerias que, estabelecidas, refletem a coerência de planejamento e pensamento, após muita aprendizagem e leitura.

Nossas histórias continuam, são renovadas e comportam outros assuntos além dos já apresentados nas edições passadas. É um prazer fazer parte dessa equipe e poder contribuir com algumas linhas nas páginas deste edificante informativo trimestral.

Boa leitura a todos!



BOLETIM INFORMATIVO

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEU OLHAR PARA O VIGIFLUOR EM SANTA CATARINA: RELEVÂNCIA PÚBLICA NECESSÁRIA POR SONIA DE F.S.QUADRI

A Vigilância Sanitária (VISA) constitui um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde. Assim, a vigilância sanitária é a política pública mais complexa de ser executada no âmbito da Saúde Pública, pois suas ações, de natureza eminentemente preventiva, perpassam todas as práticas médico-sanitárias: promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde (§ 1º do Artigo 6º da Lei N. 8.080/1990; ANVISA, 2022; ROSENFELD, 2009).

Muitas vezes o serviço que a vigilância sanitária presta à sociedade passa despercebido, mas ele faz parte do nosso dia-a-dia e é de suma importância. Na nossa rotina diária, estamos constantemente consumindo produtos e utilizando serviços que precisam ser seguros.

É exatamente para dar essa garantia que a vigilância sanitária trabalha!

Os serviços de relevância pública guardam relação direta com os serviços ou atividades essenciais (art. 9º, § 1º, CF/88), sendo, via de consequência, de responsabilidade direta Estatal, em todas as suas esferas – Federal, Estadual e Municipal. Segundo Artigo 197 da Carta Magna Brasileira, podemos dizer que ações e serviços de saúde são, por exemplo, os serviços de relevância pública, assim como água, luz e esgoto, entre outros (NASCIMENTO, 2016).



Sua função é controlar todas as etapas e processos das atividades direta ou indiretamente relacionadas à saúde, como o tratamento da água que bebemos.

As especificidades do trabalho em vigilância sanitária estão vinculadas ao caráter público e estatal de suas funções, ou seja, os agentes do trabalho são servidores públicos investidos do dever-poder do Estado, na defesa do interesse público da saúde, ou seja, são agentes investidos do poder de polícia administrativa, quando em atividade de trabalho (SOUZA, 2009).

Por ser um trabalho realizado pelo Estado é regido pelos princípios da Administração Pública, ou seja: os princípios da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o particular e da indisponibilidade do interesse público, e os demais princípios desses derivados.

Com isso, a proteção da saúde é a razão teleológica do trabalho em vigilância sanitária. É essa finalidade que orienta o conjunto de práticas – regulamentação sanitária, fiscalização, inspeção, registro de produtos, entre outras, realizadas para o controle de riscos associados aos objetos socialmente definidos sob vigilância sanitária. O controle dos fatores de risco é a razão primeira da proteção da saúde, conforme o § 1º do Artigo 2º da Lei N.8.080/1990.

“O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.”

O trabalho em vigilância tem uma dimensão ética que ultrapassa o âmbito individual e ganha uma dimensão coletiva, compatível com o significado de responsabilidade social do trabalho nessa área. O trabalho técnico da vigilância abrange autonomia técnica nos procedimentos fiscalizatórios. Essa autonomia é legitimada pelo saber técnico-científico do domínio das profissões (SOUZA, 2009).

E A ÁGUA? SEM ÁGUA, NADA FEITO !

Com relação a água, precisamos ter acesso à água de forma suficiente, com a devida segurança hídrica e com qualidade. Sem água não temos saúde, vida ou dignidade para viver (BRASIL, 2018).

Por isso, o monitoramento da água para consumo humano e as ações do VIGIAGUA são desenvolvidas continuamente e de maneira descentralizada pelas Secretarias de Saúde dos municípios, dos estados e do Distrito Federal, e também pelo Ministério da Saúde (VIGIFLUOR, 2021).

O Programa visa promover a saúde e prevenir agravos e doenças de transmissão hídrica, por meio de ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano (BRASIL, 2018).



BOLETIM INFORMATIVO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEU OLHAR PARA O VIGIFLUOR EM SANTA CATARINA: A RELEVÂNCIA PÚBLICA NECESSÁRIA POR SONIA DE F.S.QUADRI

Para disciplinar sobre as questões da água para consumo humano sob o olhar da vigilância sanitária, o Ministério da Saúde elabora normas específicas para a qualidade da água que bebemos e que pode ter algum impacto para a saúde da população.

Essas normas são obrigatórias para todos os Prestadores de Serviço de Abastecimento de Água (PSAA). Elas definem, por exemplo, quais e as quantidades de produtos químicos podem ou não ser usadas na água e, como deve operar uma estação de tratamento e comprometida com a saúde da população local.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) são finalidades importantes para a vigilância sanitária:

1. DIAGNOSTICAR

A situação do abastecimento de água, avaliar e gerenciar os riscos à saúde, a partir das informações geradas e da avaliação do cumprimento da norma de potabilidade vigente.

2. COBRAR

Dos responsáveis pelo abastecimento de água as providências para melhoria das condições sanitárias das formas de abastecimento de água para consumo humano.

3. MINIMIZAR

Os riscos à saúde relacionados ao consumo de água não segura, por meio de práticas de educação em saúde, como as orientações sobre boas práticas domiciliares relacionadas à água para consumo humano. Reduzir a morbimortalidade por agravos e doenças de transmissão hídrica.

4. SUBSIDIAR

A participação e o controle social por meio da disponibilização de informações à população sobre a qualidade da água consumida.

5. LEGISLAR

A percepção do fluoreto na água, sob o olhar da vigilância sanitária, no cenário brasileiro atual é baseado nas normas vigentes: Portaria Federal GM/MS Nº 888/2021 que alterou o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS Nº 05/2017 e a Portaria Estadual SES Nº 421/2016, mais restritiva. Porém, o estudo das normas de potabilidade não é apenas a leitura da lei “seca” e sim a dinâmica de sua execução e aplicação.

Belotti e colaboradores (2019) realizaram estudo interessante sobre potencialidades e limitações da fluoretação sob o olhar da vigilância sanitária. Segundo os resultados da pesquisa, de forma geral, a portaria que regulamenta a qualidade da água foi conhecida e aplicada pelos profissionais de saúde.

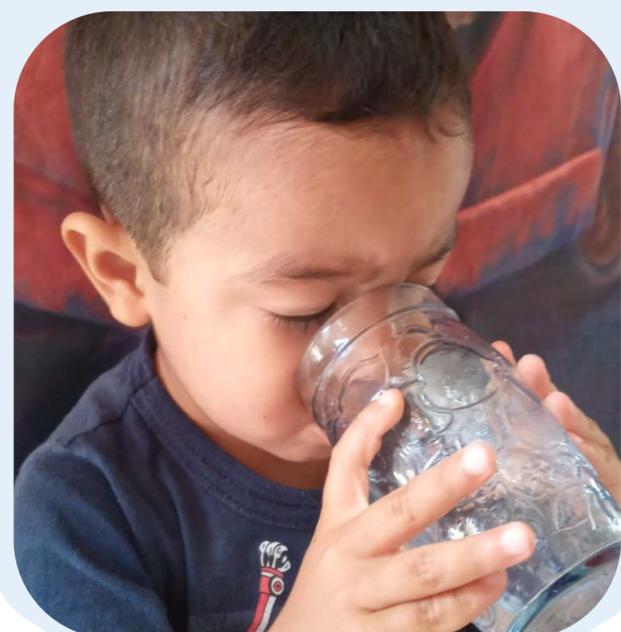
De fato, a legislação da água deve ser conhecida, pois ela é instrumento da Vigilância Sanitária para exercício legítimo do poder de polícia administrativa para assegurar o cumprimento dos padrões sanitários.

Assim, a autoridade de saúde deve observar as exigências da Portaria GM/MS nº 888/2021 e a Portaria SES Nº 421/2016/SES (mais restritiva), buscando distribuir os pontos de coleta, a fim de assegurar a representatividade das amostras com relação ao Sistema de Abastecimento de Água (SAA). Existem critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde que abrangem pontos estratégicos como hotéis, escolas, creches, pontas de rede, terminais rodoviários, entre outros (BRASIL, 2016).

Além disso, os municípios devem elaborar e implementar um plano de amostragem contendo o número mínimo de amostras previsto na Diretriz Nacional do Plano Nacional de Amostragem aplicado à vigilância da qualidade da água catarinense.

Seguir um plano de amostragem é essencial para se produzir informações relevantes sobre a qualidade da água ofertada à população. Entretanto, existem municípios (Boletins VIGIFLUOR publicados) que, em relação ao parâmetro fluoreto, não estão obedecendo o plano de amostragem mínimo, com isso, ocorre desconformidade à norma vigente da qualidade da água (BRASIL, 2016; BELOTTI, 2019).

O impacto da não observação do plano de amostragem mínimo para análise do fluoreto, por exemplo, será na saúde bucal da população. A prevenção da cárie dentária em nível populacional depende da manutenção contínua da exposição a teores adequados de fluoreto, razão pela qual autoridades de saúde têm recomendado a implementação de programas de vigilância da fluoretação da água e o monitoramento da faixa recomendada de fluoreto para o Estado de Santa Catarina.





BOLETIM INFORMATIVO

VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SEU OLHAR PARA O VIGIFLUOR EM SANTA CATARINA: A RELEVÂNCIA PÚBLICA NECESSÁRIA POR SONIA DE F.S.QUADRI

Níveis abaixo do valor recomendado significa risco aumentado para cárie dentária, e níveis acima do recomendado implica risco aumentado para fluorose dentária, (um defeito de mineralização do esmalte dentário). Portanto, para garantir o benefício da fluoretação, não basta ajustar a concentração do fluoreto na água, é preciso monitoramento constante, para que a medida não sofra interrupções desnecessárias (BELOTTI et al, 2019).

Belotti e colaboradores (2019) chamaram a atenção também para a questão da capacitação profissional. É muito importante que a equipe de trabalho seja capacitada e responsável. Ter uma equipe capacitada facilita e otimiza o processo de trabalho, além de colaborar para que as responsabilidades não fiquem ao encargo somente de um funcionário responsável pela vigilância, possibilita uma melhor divisão das tarefas e melhora os resultados obtidos com o processo de vigilância da água que bebemos.

Portanto, promover a formação e participação dos profissionais da vigilância sanitária em ações que possibilitem o desenvolvimento, a atualização, a qualificação e o aperfeiçoamento de competências são necessárias ao desempenho profissional.

6. FISCALIZAR

A Vigilância Sanitária tem a obrigação de fiscalizar os estabelecimentos e notificar as empresas sempre que encontrar alguma irregularidade.

Os fiscais da vigilância sanitária municipais devem inspecionar de forma regular os PSAA, e quando necessário de forma complementar as autoridades de saúde estadual. Eles devem verificar, por exemplo, se o processo de tratamento da água está de acordo com os padrões sanitários. Caso haja alguma irregularidade, a empresa poderá sofrer penalidades sanitário administrativas.

PORTANTO,

ACIONE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA Sempre que perceber problemas com sua água ou seu manancial, como alteração de aspecto, odor, sabor ou consistência, comunique o fato à vigilância sanitária.

A vigilância deverá verificar e buscar elucidar a causa do problema e orientar para que o erro não se repita.

Assim, você também estará contribuindo para melhorar a qualidade e a segurança da água que bebemos.

É direito de todo cidadão ter acesso a água de qualidade em quantidade suficiente e é dever do poder público garantir esse direito por meio do trabalho da vigilância sanitária.

REFERÊNCIAS:

ANVISA. MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO CÓDIGO SANITÁRIO PARA SNVS. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa 2022. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/sistema-nacional-de-vigilancia-sanitaria/outras-publicacoes/manual-para-elaboracao-do-codigo-sanitario-para-snvs-versao-revisada-ggreg-05-05-2022.pdf>

BELOTTI e colaboradores. Vigilância da qualidade da água para consumo humano: potencialidades e limitações com relação à fluoretação segundo os trabalhadores. Saúde em Debate, vol. 43, núm. 3, Esp., pp. 51-62, 2019.

<https://www.redalyc.org/journal/4063/406369065005/html/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. - Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Qualidade da água para consumo humano : cartilha para promoção e proteção da saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. - Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 51 p. : il. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/qualidade_agua_consumo_humano_cartilha_promocao.pdf

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Revista do CNMP : água, vida e direitos humanos / Conselho Nacional do Ministério Público. Eduardo Coral Viegas. O MUNDO TEM SEDE DE ÁGUA E DE JUSTIÇA. n. 7 (2018). - Brasília: CNMP, 2018. v. 260 p.

NASCIMENTO. M.R. Direito a saúde e Direito sanitário. Jus.com.br. 14/01/2016.

<https://jus.com.br/artigos/45849/direito-a-saude-e-direito-sanitario>

ROZENFELD, SUELY (org.) Fundamentos da Vigilância Sanitária. / Organizado por Suely Rozenfeld. - Rio de Janeiro : Editora FIO CRUZ, 2000. 301p.

SOUZA, G.S. Trabalho em vigilância sanitária conceitos teóricos para a reflexão sobre as práticas de Vigilância sanitária - Brasil. 2. Salvador, 2009, p. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34399/1/vigilancia-sanitaria%20RI.pdf>

VIGIFLUOR/SC. BOLETIM INFORMATIVO VIGIFLUOR N° 2 | VIGIFLUOR/SC | AGOSTO 2021

[file:///C:/Users/santossf/Downloads/Boletim%20Informativo%20Vigifluor%20%20agosto%202021%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/santossf/Downloads/Boletim%20Informativo%20Vigifluor%20%20agosto%202021%20(1).pdf)

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Revista do CNMP : água, vida e direitos humanos / Conselho Nacional do Ministério Público. Eduardo Coral Viegas. O MUNDO TEM SEDE DE ÁGUA E DE JUSTIÇA. n. 7 (2018). - Brasília: CNMP, 2018. v. 260 p.



BOLETIM INFORMATIVO

DESTAQUE: PARCEIROS DO VIGIFLUOR

"CICLO DE ESTUDOS DA VIGILÂNCIA DO FLÚOR NAS ÁGUAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E SEUS FATORES DE INTERESSE" POR SONIA DE F.S.QUADRI

A FLUORETAÇÃO DAS ÁGUAS: QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

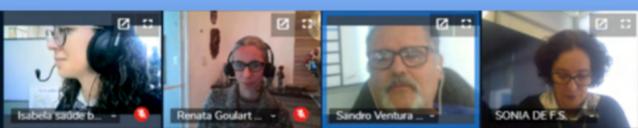
O VIGIFLUOR/SC é programa fundamental a fim de garantir a concentração do fluoreto na água em níveis adequados de acordo com a Portaria Estadual SES N. 421/2016/SES, visando a propiciar o máximo benefício em termos de prevenção de cárie, com risco mínimo no tocante à fluorose dentária.

Para dar visibilidade aos dados de vigilância sanitária, o VIGIFLUOR está recorrendo à formação de parcerias para desenvolver uma tecnologia de inovação social capaz de assegurar a qualidade do controle de água para consumo humano e divulgar as informações para todos os catarinenses a fim de alcançar as metas de saúde bucal no Estado de Santa Catarina.

Para tanto, o programa VIGIFLUOR, na qualidade de programa multicêntrico realizou reuniões semanais com vários parceiros como universidades (curso de odontologia e geografia), CECOL, Atenção Primária (Saúde Bucal), Vigilância Sanitária, LACEN entre outros a fim de complementar o modelo que orienta o programa nacional de vigilância da água em desenvolvimento no País.

Para que possamos compreender o porquê da importância da parceria e da postura que se espera, é importante entender primeiro que a fluoretação das águas é uma questão de saúde pública.

Reunião do VIGIFLUOR/SC, CECOL E ATENÇÃO PRIMÁRIA - SET/2022



DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO VIGIFLUOR EM SANTA CATARINA

Fernando da Silva dos Santos
(Chefe DQA/COORDENADOR VIGIFLUOR)
Sandro Ventura Penedo
Sonia de F. S. Quadri
SUV/SES/DIVS/GESAM/DQA/VIGIAGUA/VIGIFLUOR



Para este intento, os encontros foram realizados por Regionais de Saúde com palestras da DIVS/VIAGUA/VIGIFLUOR, da Atenção Primária e da UFSC (CECOL). Todos os participantes se manifestaram com questões pertinentes ao assunto, com informações de casos locais e esclarecimento de dúvidas.

A DIVS/VIGIAGUA/VIGIFLUOR está ministrando sobre "Diagnóstico Situacional do VIGIFLUOR no Estado de Santa Catarina". Para cada regional é informado a situação sobre a quantidade de fluoreto na água utilizando mapas auto explicativos e didáticos, e a obediência à questão do cumprimento da Diretriz Nacional do Plano de Amostragem do Ministério da Saúde.

Participaram do evento as seguintes regionais de saúde:

- 1.Regional de saúde da Grande Florianópolis com aproximadamente 20 pessoas,
- 2.Regional de saúde do Sul com 60 participantes,
- 3.Regional de saúde do Planalto Nordeste, Foz do Itajaí e Vale do Itajaí com 72 participantes,
4. Regional de saúde do Meio Oeste, Grande Oeste e Serra com 114 participantes (esta reunião foi cancelada por problemas de ordem técnica)

Na reunião com a Regional de Saúde de Joinville, Blumenau, Mafra, Jaraguá do Sul, Rio do Sul e Itajaí, houve o questionamento sobre a manutenção do fluoreto em toda a rede de distribuição.

Quanto a isso, informamos que a concentração do fluoreto entre a saída do tratamento e a rede de distribuição pode variar dependendo, entre outros aspectos, do tipo de sistema de abastecimento – isolado ou misto, estação de tratamento e/ou poço tubular profundo.

Problemas no equipamento hidráulico ou em variações no fluxo de água (vazão) ao longo da rede de distribuição da cidade e, ainda, velocidade de esvaziamento dos reservatórios distribuídos que não estão interligados entre si também são importantes.

Por isso, o monitoramento de vigilância deve ser realizado tanto na saída do tratamento quanto na rede de distribuição a fim de auditar o controle de qualidade realizado pelo PSAA. Por ser alimentado mensalmente, é um sistema de vigilância oportuno, que permite a ação imediata.





BOLETIM INFORMATIVO

PARCEIROS DO VIGIFLUOR: VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL
FLORIANÓPOLIS
Cristiane Quimelli Snoeijer
(AUTORIDADE SANITÁRIA)

Em Florianópolis o abastecimento é realizado através de SAA's, SAC's e SAI's. O abastecimento é realizado por 12 SAAs e SACs, dos quais 5 são administrados por empresas privadas e 5 pela comunidade por meio de associações de moradores, além da Base Aérea.

De acordo com os dados de monitoramento, os SAAs e SACs sob responsabilidade de empresas têm fornecido água com qualidade satisfatória e atendem às solicitações desta Vigilância em Saúde Ambiental com relação ao fornecimento de relatórios e informações ou eventuais adequações, apresentando uma boa capacidade de gerenciamento dos problemas eventualmente identificados.

Com relação às associações de moradores, de forma geral, não se observa o atendimento em níveis plenamente satisfatórios com relação à qualidade da água de forma continuada, em especial pela dificuldade de investimento nos sistemas, e também pelas dificuldades de gestão dessas associações.

I - Sistemas de associações de moradores: 1 - Associação Condomínio Loteamento João Gonzaga - ACOIJOGOC - Barreira do Janga, 2 - Associação Pró-Comunidade Caminho da Cruz - Apro Cruz, 3 - Associação de Moradores do Sol Nascente - AMSOL, 4 - Associação de Moradores do Pântano do Sul - AMPSUL, 5 - Associação dos Moradores da Costa da Lagoa.

II - Empresas: 1 - CASAN, 2- Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda; 3 - Distribuidora de Água Nascente da Ilha Ltda ME, 4 - Açores Empreendimentos Imobiliários Ltda, 5 - Associação Antonio Vieira - Colégio Catarinense, 6 - Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda

III - Ministério da Defesa - Base Aérea

Com relação ao monitoramento do flúor no município, são realizadas, mensalmente, 30 análises. As coletas são distribuídas entre os diferentes SAA e SAC, e as coletas são feitas no sistema de distribuição.

Desde o ano de 2017 a CASAN, principal empresa fornecedora no município, vem sendo notificada e infracionada sempre que são detectadas desconformidades nos índices de flúor. Os sistemas afetados pelas desconformidades, sejam elas relacionadas a insuficiência de flúor ou ao seu excesso, e que tiveram emitidas notificações (intimação e/ou infração) ao longo dos últimos anos são: Sistema São João do Rio Vermelho, Sistema Costa Leste, Represa da Lagoa (atualmente desativada) e Sistema Costa Norte, totalizando 9 notificações. Após o regular processo administrativo são aplicadas as penalidades cabíveis.





BOLETIM INFORMATIVO

PARCEIROS DO VIGIFLUOR: VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Vigilância Sanitária Municipal de Ponte Alta
do Norte/SC

Marcos dos Santos Pereira
(AUTORIDADE SANITÁRIA)

A vigilância de monitoramento da qualidade da água para consumo humano no município de Ponte Alta do Norte/SC, é realizada desde 2004 por meio de coletas mensais para análise laboratorial (microbiológica, organoléptica e físico-química) do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da Companhia de Água e Saneamento – CASAN.

O município possui 3.420 habitantes (IBGE/2019) e segundo cadastro (SISAGUA/2022), o Sistema de Abastecimento de Água da CASAN abastece uma população estimada de 3.360 habitantes de áreas urbana da cidade nos bairros 4 PINHEIROS, ARROIO DOS CAETANOS, BELA VISTA, CENTRO BAIRRO, ESTRADA TAITI, LOTEAMENTO PEREIRA, RONDINHA, SEIVA, SÃO SEBASTIÃO e TOCA DA ONÇA.

O ponto de captação da água é subterrânea, proveniente de dois poços artesianos com vazão de 5,4 L/s e 5,3 L/s (SISAGUA/2022).

A água captada nos poços artesianos, passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA) onde é tratada com desinfetante de hipoclorito e também realizada fluoretação (SISAGUA/2022), posteriormente servida para população urbana por meio de reservatórios e rede de distribuição de água do SAA.

A vigilância Sanitária municipal, visando o monitoramento da água fornecida pelo SAA da ETA da CASAN de Ponte Alta do Norte/SC, atualmente, conforme plano de amostragem do município (VIGIAGUA/2022), são realizadas mensalmente 8 (oito) coletas de amostras de água para análise no Laboratório Regional, no município de Joaçaba/SC.

Amostras de água analisada pelo LACEN/Joaçaba/SC apresentam resultados satisfatórios para análise microbiológica e organoléptica, no entanto, a análise físico-química (fluoreto) somente no ano de 2022, foram 18 amostras que apresentaram dosagem de flúor abaixo de 0,7 mg/L (desacordo com a Portaria nº 421/2016-SES/SC).

Não obstante no ano de 2021, somaram um total de 20 amostras com dosagem fluoreto abaixo de 0,7 mg/L (desacordo com a Portaria nº 421/2016-SES/SC).

Quanto a essa situação a VISA municipal tem notificado a concessionária por meio de relatórios de inspeção solicitando a regularização, bem como lavrado Auto de Infração, devido ao histórico de amostras com concentração de teor de íons de fluoreto abaixo do previsto na Portaria nº 421 de 2016 da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

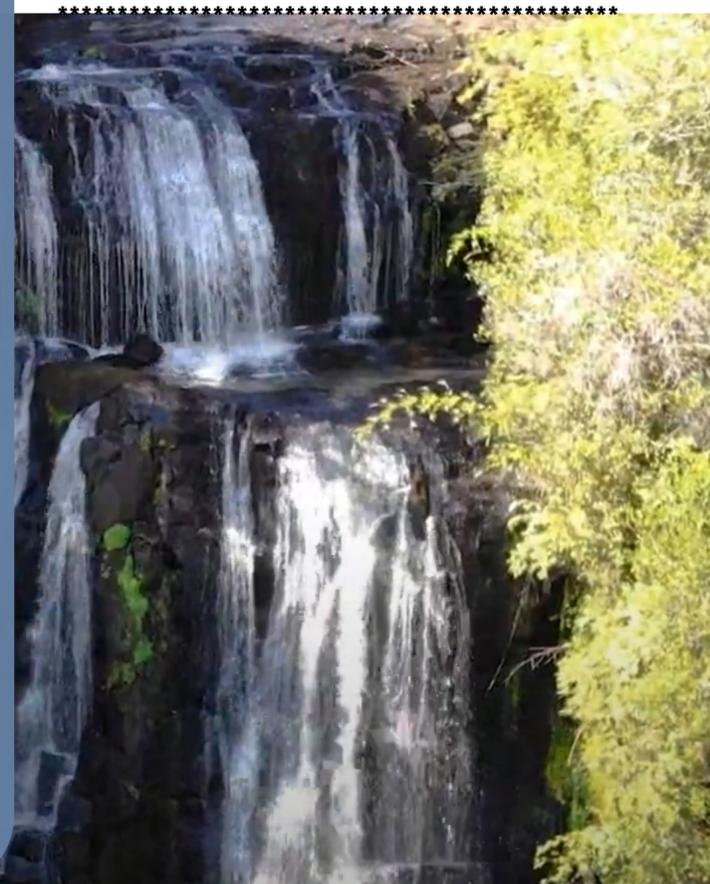
Os resultados com baixa concentração de fluoreto na água para consumo humano, fornecido pelo SAA/CASAN para população nortepontealtense, é um agravante preocupante no processo de prevenção da cárie dentária, principalmente em crianças, segundo levantamento de avaliações odontológicas realizadas no primeiro semestre do ano de 2022, pela médica Cirurgião-dentista da Unidade Básica de Atendimento a Saúde de PAN/SC.

Em defesa das notificações a Companhia de Água e Saneamento, tem apresentando esclarecimentos e informações, como:

“Visando dar transparência quanto a qualidade da água distribuída no município, encaminhamos os resultados obtidos no período entre 24/05/22 a 07/06/22, para o parâmetro fluoreto, na saída de tratamento.

Como pode ser observado no boletim de análises, todas as amostras analisadas apresentaram resultado satisfatório, entre 0,7 e 1,0 mg/L, como preconiza a legislação vigente, com exceção da amostra do dia 01/06/22.

Nota-se que sempre que o fluoreto se apresenta abaixo do valor máximo permitido pelo Ministério da Saúde de 1,5 mg/L, não há exposição da população abastecida a efeito deletérios à saúde. Em outras palavras, a água fornecida permaneceu potável, mesmo abaixo do nível de 0,7 mg/L. Pode ser concluído que as situações de não conformidade constatadas na vigilância da qualidade de água são questões pontuais, e rapidamente corrigidas. Ademais, sempre que ocorrem resultados insatisfatórios em qualquer um dos parâmetros avaliados no controle de qualidade, são abertas autorizações de serviço (AS), para que medidas corretivas sejam executadas de forma mais breve possível, garantindo assim o retorno da qualidade da água para consumo.”





BOLETIM INFORMATIVO

PARCEIROS DO VIGIFLUOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GEOGRAFIA



OS DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERSETORIAL ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO – PARTE II

Sílvio Domingos Mendes da Silva, Dr.
Geógrafo, Professor e Pesquisador – UFSC

Na edição anterior falei um pouco sobre os desafios para prática pedagógica intersectorial entre saúde e educação. Enfatizando mais as questões teóricas, vimos que a Constituição Federal do Brasil de 1988, traz em seu bojo, dispositivos legais, no qual afirma que: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção" (BRASIL, 1988), mas que esta tarefa não é fácil. Ela requer profundas reformulações no processo de trabalho das equipes, que por si só demanda interdisciplinaridade, na formação dos profissionais de saúde e de educação, assim como precisa ser respaldada em programas e projetos que consolidem estas mudanças, ou seja, uma mudança no próprio modelo de promoção à saúde e à educação.

Nesta edição, meu objetivo é complementar o texto anterior, trazendo o exemplo de uma política de governo - que passou a ser política de Estado que vem dando certo - nos lugares certos, podendo, portanto, ser considerados um bom exemplo no aprimoramento dessa tarefa. Especificamente refiro-me ao Educavisa – Programa de Educação em Vigilância Sanitária.

Este programa vem sendo realizado desde 2006. Neste sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – postula que fortalecer a atividade educativa da vigilância sanitária é trabalhar em direção ao incremento do bem-estar social das comunidades e, neste sentido, a escola é um espaço privilegiado para a promoção de atividades que visa suprir fortemente essa visão, tornando-se grande e indispensável aliada do projeto social de promoção da saúde para todos. Esta é a razão de ser do Programa Educavisa.

Pela natureza formadora e potencializadora que a escola é, de assimilação de valores e de comportamentos, a comunidade escolar cumpre uma função de preparar a criança para a vida e para o exercício da cidadania.

Porém, faz-se necessário um parêntese para introduzir, mesmo que de forma atenuada, como o foco da saúde no fenômeno meramente biológico, passa a ter outras dimensões, dentre elas a educativa.

Na Carta de Ottawa – documento oficial que registrou as intenções dos participantes da 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada no Canadá em 1986 – a promoção da saúde foi conceituada como:

"O nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, os indivíduos e os grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar favoravelmente o meio ambiente. A saúde deve ser vista como um recurso para a vida, e como um objetivo de viver. Nesse sentido, a saúde é um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem-estar global" (BRASIL, 2002, p.19).

Com este novo conceito, amplia-se substancialmente o enfoque da saúde como um fenômeno meramente biológico e coloca-se vários desafios aos profissionais das redes públicas de serviços de saúde e de educação, nas quais as perspectivas de ação amiúde referenciam-se em abordagens assistencialistas, normativas e preventivas da saúde.

A partir de então, a promoção da saúde convida a ampliar o olhar estritamente biológico sobre o binômio saúde-doença com o objetivo de redirecionar e de estender as ações de saúde para além do setor, criando um ambiente diferente entre as esferas de poder, sistemas e dimensões psicossocioculturais e econômicas. Da mesma forma, entre diferentes campos do saber, de condições para sua realização enquanto conceito. A educação, a comunicação e a mobilização social passa a ter mais destaque no desenvolvimento dessa proposta.

Fechado o parêntese e voltando as atenções ao exemplo desejável e anunciado acima, trarei, porém, um pouco da história do Educavisa. De acordo com a ANVISA, o Educavisa - Educação em Vigilância Sanitária é um programa educativo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e como falei anteriormente vem sendo desenvolvido desde 2006. Seu objetivo é promover melhorias nas relações de consumo de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, com a estratégia de formar educadores e outros profissionais das áreas da educação e da vigilância sanitária para trabalharem, nas comunidades escolares, ações educativas sobre o uso e o consumo seguro de medicamentos, alimentos, cosméticos, dentre outros produtos sujeitos à vigilância sanitária (ANVISA, 2022).

O Educavisa vem desenvolvendo ações educativas em vigilância sanitária para a sociedade em ação coordenada com os estados, os municípios e o Distrito Federal, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), com vistas a contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira.

A sua estrutura vai ao encontro do que defendemos aqui, ou seja, a existência de equipes multidisciplinar trabalhando em prol da promoção à saúde. Por isso, está estruturada com uma coordenação nacional, composta por uma equipe multiprofissional de servidores da Anvisa.

Nos estados, municípios e Distrito Federal as ações são capitaneadas por profissionais da vigilância sanitária ou das secretarias de educação que fazem a interlocução com as escolas da rede de ensino, atuando como multiplicadores do conhecimento em vigilância sanitária. Os professores são os responsáveis pelo desenvolvimento dos conteúdos em salas de aula e na comunidade escolar (ANVISA, 2022).

UM POUCO DA HISTÓRIA DO EDUCANVISA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária durante o período de 2006 e 2008 implementou duas ações cujos objetivos eram promover a educação: o Projeto Contributo e o Projeto Educação para o Consumo Responsável de Medicamentos. A partir do aprimoramento dessas experiências, em 2009, foi designado pelo governo federal o lançamento do projeto Educavisa, na qual apresentava uma nova estrutura, através do aprimoramento das duas ações.

A partir daí o projeto passou a ser gerido e desenvolvido com recursos próprios da ANVISA e contou com a parceria essencial das Vigilâncias Sanitárias (VISA) locais e das secretarias de Educação.





BOLETIM INFORMATIVO

PARCEIROS DO VIGIFLUOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GEOGRAFIA



OS DESAFIOS PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERSETORIAL ENTRE SAÚDE E EDUCAÇÃO – PARTE II

Sílvio Domingos Mendes da Silva
Geógrafo, Professor e Pesquisador – UFSC

O objetivo dessa ação conjunta e interdisciplinar é a inserção da temática da saúde, em especial da vigilância sanitária, nos conteúdos programáticos das escolas de ensino básico das localidades participantes do Educavisa. (ANVISA, 2022). Já são dezesseis anos de parcerias e de sucesso.

Segundo dados da ANVISA (2022), entre 2006 e 2017, o Educavisa atendeu, diretamente, mais de 200 mil alunos de 1.456 escolas públicas brasileiras e promoveu a formação de mais de sete mil professores, 678 profissionais da vigilância sanitária e de 763 das secretarias de educação, em 352 cidades brasileiras.

E COMO ESTÁ ATUALMENTE O EDUCANVISA?

Vale ressaltar que o Educavisa foi estruturado em um programa educativo e cuja sua coordenação é descentralizada dentro do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

Essa estrutura permite ampliar as ações e atividades para um número maior de escolas e municípios, em todas as regiões do Brasil. Além desse arranjo gerencial, o programa também comporta e tem como missão a formação em vigilância sanitária de multiplicadores da ação (professores, técnicos e agentes comunitários). Quanto ao modelo de formação, dependendo dos locais onde os estados e municípios estão localizados, podem ser utilizados dois tipos de ação formadora: (1) a modalidade presencial; e (2) modalidade de Educação a Distância (EaD) para capacitar os educadores e demais colaboradores do Educavisa.

O Educavisa por ser um programa de Governo, que colocaria como uma política pública importantíssima, com as mudanças de governos ocorridas – o que é normal – passou por bons e maus momentos. Posso perceber que na sua primeira etapa de “vida” o programa tinha mais autonomia e alçou voos mais longos. Mas, mesmo assim, não parou de fazer suas ações pelo país.

Desde o início de sua existência procurou incentivar a atividade educativa da vigilância sanitária na escola e nesta encontrou um espaço privilegiado para desenvolver estratégias promotoras da saúde, em prol da melhoria das condições de vida e de saúde das populações.

A partir dessa perspectiva, o programa tornou-se um coligado importante para o fortalecimento das instituições (educacionais e de saúde, nos três níveis de governo) e para a valorização da ação das vigilâncias sanitárias, promovendo um trabalho intersectorial, portanto interdisciplinar, entre a saúde e a educação. E, justamente por isso, proporciona ao Educavisa um reconhecimento e uma credibilidade, aumentando, a cada ano, sua abrangência em território nacional.

Durante este interim, foram muitas conquistas, mas também muitas dificuldades para a realização das ações. Não posso deixar de mencionar a questão da dimensão continental do país que força, por vezes, repensar a forma de agir, de colocar em prática as ações educativas e ampliar a visão para regiões menos favorecidas econômica e historicamente. Regiões e lugares em que existem vazios demográficos, como é o caso da região Amazônica, problemas sociais estruturados, culturais e econômicos, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre outros fatores que interferem, por conseguintes, numa melhor qualidade de vida da população, em escala regional, estadual e local.

Atualmente com o avanço das tecnologias de comunicação e informação (TCI), o processo de formação dos multiplicadores sem sendo aprimorado por meio de Educação a Distância, através de cursos, minicursos, palestras oficinas, eventos de troca de conhecimento, dentre tantos. Não obstante, impedindo a formação também presencial, mas as TCI vêm contribuindo bastante no processo educativo, principalmente considerando nossas dimensões continentais e o arrocho econômico implantado principalmente nos setores da educação e da saúde.

No próximo número deste Boletim, traremos, como prometido, exemplos de ações e atividades que deram certos.

Referências:

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Educação para o Consumo Responsável de Medicamentos e de outros Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária: Educavisa |Relatório Final - Julho de 2005 a novembro de 2008| Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/relatorio-projeto-educavisa-2005-2008.pdf>. Acesso 14 out. 2022.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 26 set. 2022.

_____. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em 26 set. 2022.

Sítios eletrônicos pesquisados:

<<http://antigo.anvisa.gov.br/en/educavisa>>.

Acesso em 24 set. 2022;

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/educacaoepesquisa/educavisa/historia>. Acesso em 24 set. 2022.



Fonte: ANVISA, 2008.

Foto que estampa a capa do Relatório final do Projeto Educação para o Consumo Responsável de Medicamentos e de outros Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária:

Educavisa – ANVISA. Disponível em:

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/educacao-e-pesquisa/publicacoes-sobre-educacao-e-pesquisa/relatorio-projeto-educavisa-2005-2008.pdf>. Acesso 14 out. 2022.

NOTA DE ESCLARECIMENTO:

Informamos que os dados referem-se ao período anterior e que atualmente o que está em vigor é a Portaria n. 967/2022/ANVISA que dispõe sobre o projeto de ações educativas em vigilância sanitária – AnvisaEduca.

BOLETIM INFORMATIVO

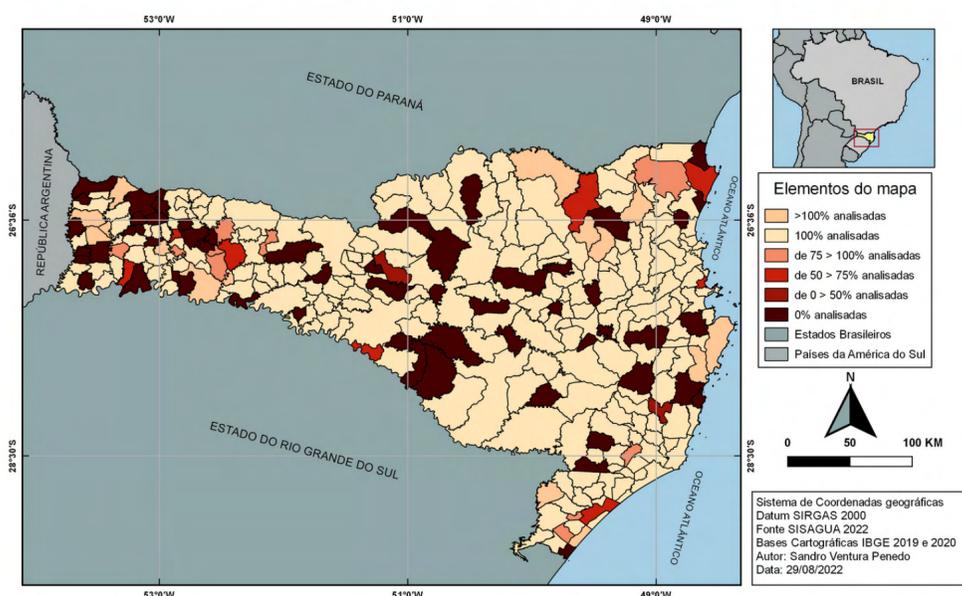
RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL - MAIO - JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

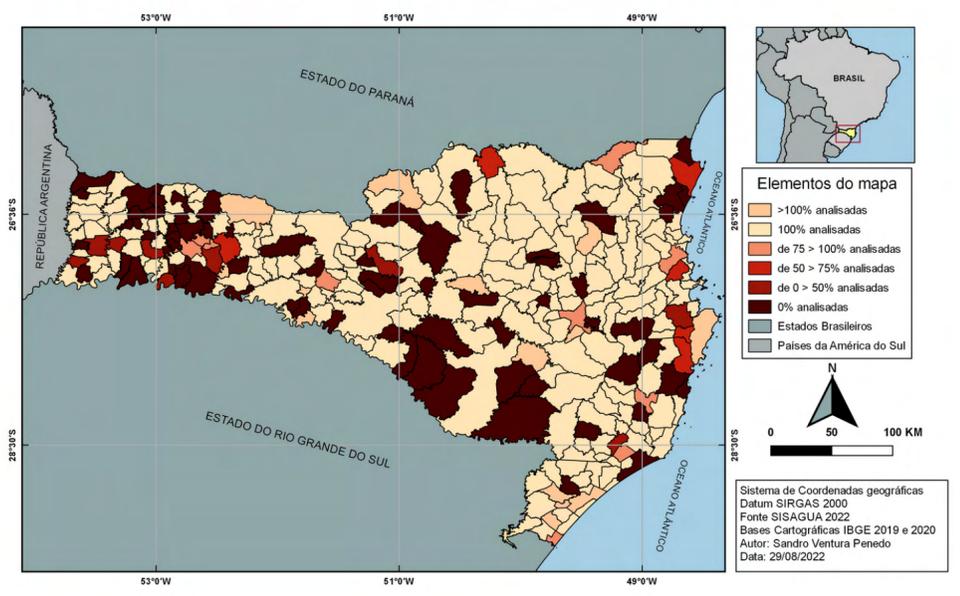
CONFIRA O CUMPRIMENTO DA DIRETRIZ NACIONAL DO PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

As Informações foram extraídos do SISAGUA/MS referente aos meses de abril, maio e junho de 2022.

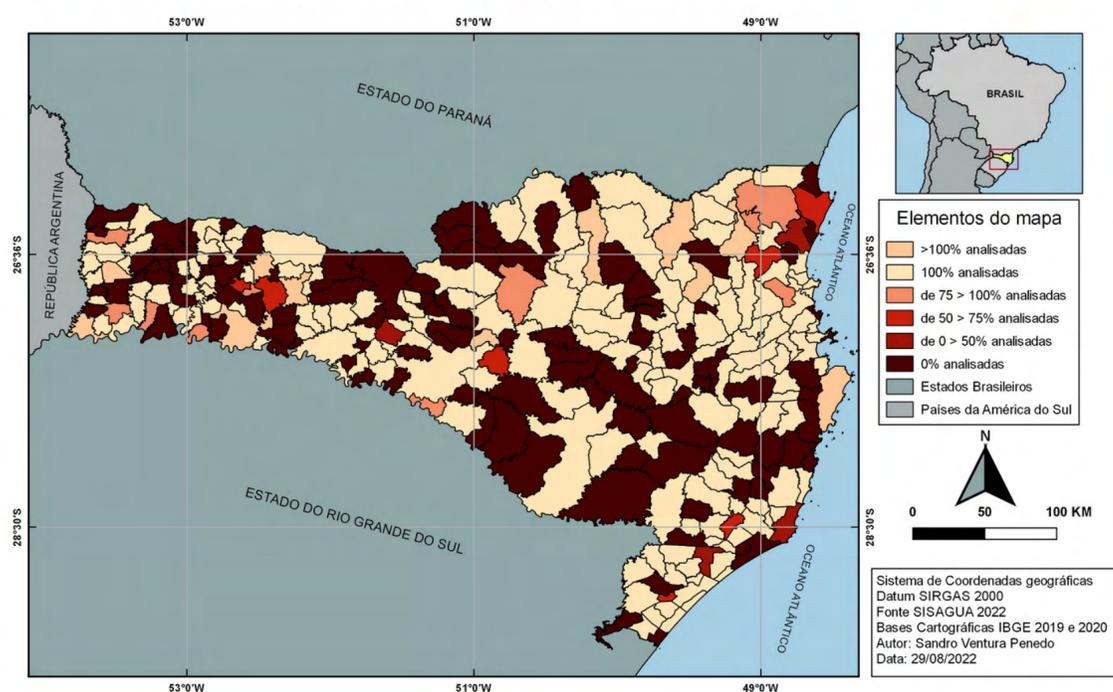
MAPA DO CUMPRIMENTO DA DIRETRIZ NACIONAL DO PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (% AMOSTRAS ANALISADAS PARA FLUORETO EM SAA) ABRIL - 2022



MAPA DO CUMPRIMENTO DA DIRETRIZ NACIONAL DO PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (% AMOSTRAS ANALISADAS PARA FLUORETO EM SAA) MAIO - 2022



MAPA DO CUMPRIMENTO DA DIRETRIZ NACIONAL DO PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (% AMOSTRAS ANALISADAS PARA FLUORETO EM SAA) JUNHO - 2022



BOLETIM INFORMATIVO

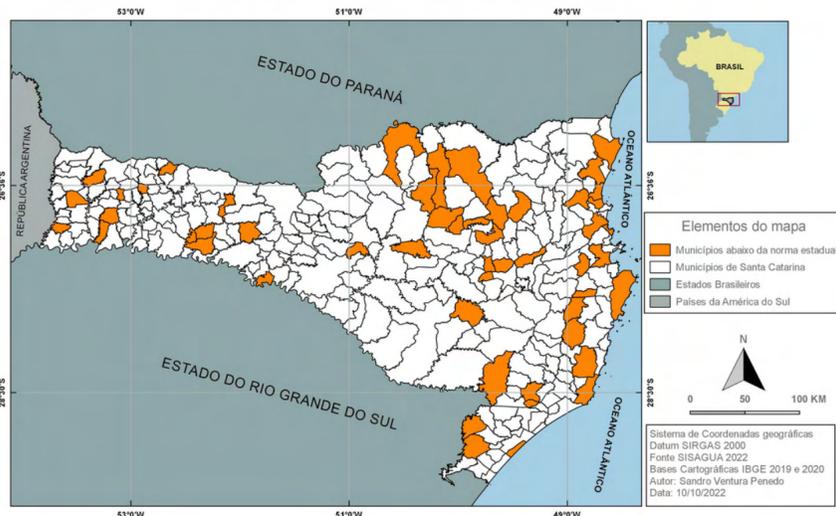
RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL, MAIO E JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

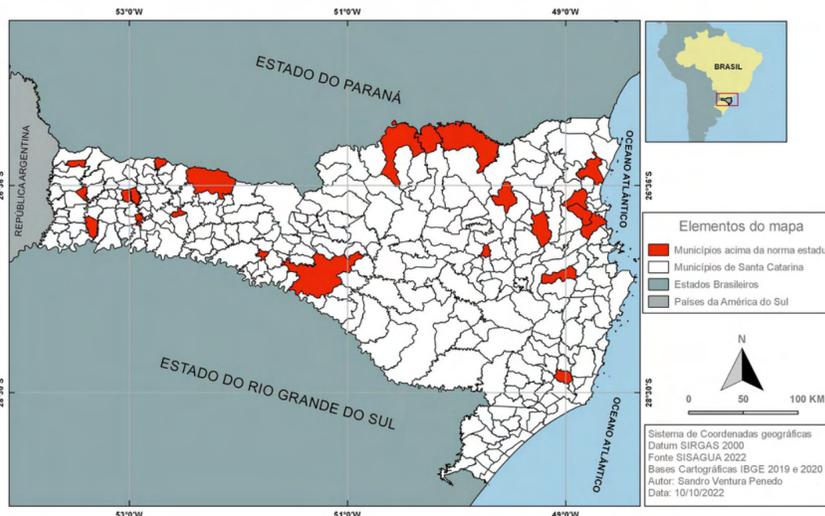
CONFIRA OS DADOS DE VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

Dados extraídos do SISAGUA/MS referentes aos meses de abril, maio e junho de 2022, respectivamente.

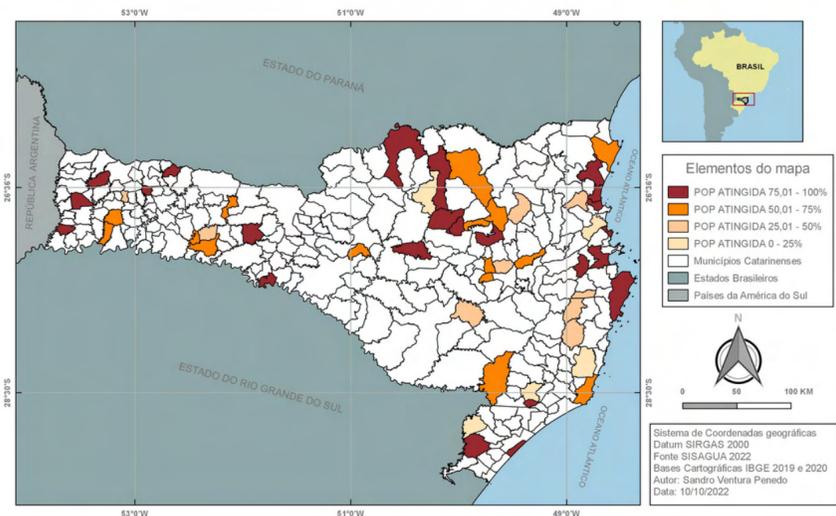
MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICE ABAIXO DA PORTARIA ESTADUAL 421/16 SES/SC - SAA - ABRIL 2022



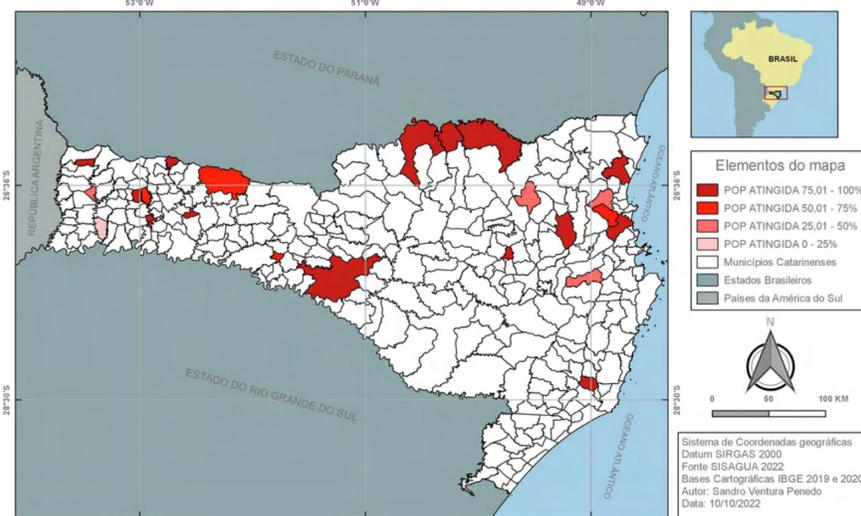
MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICE ACIMA DA PORTARIA ESTADUAL 421/16 SES/SC - SAA - ABRIL 2022



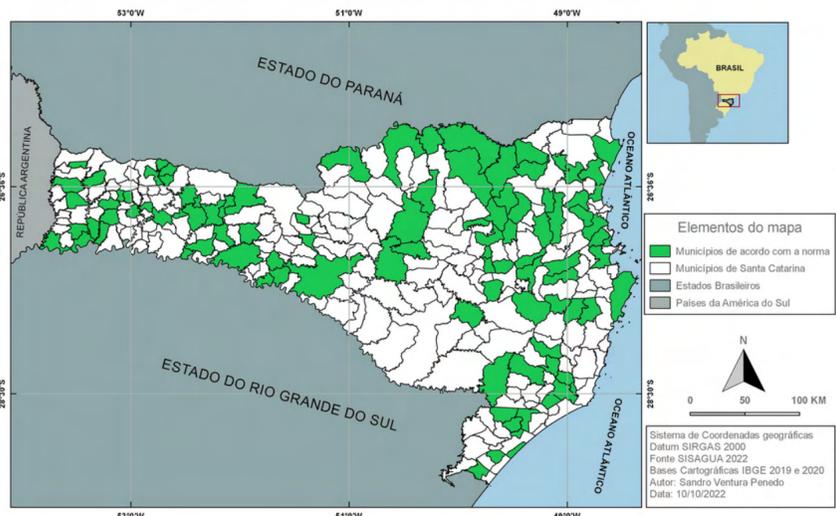
MAPA DA POPULAÇÃO ATINGIDA DOS MUNICÍPIOS COM ÍNDICES DE FLUORETO ABAIXO DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC ABRIL/2022



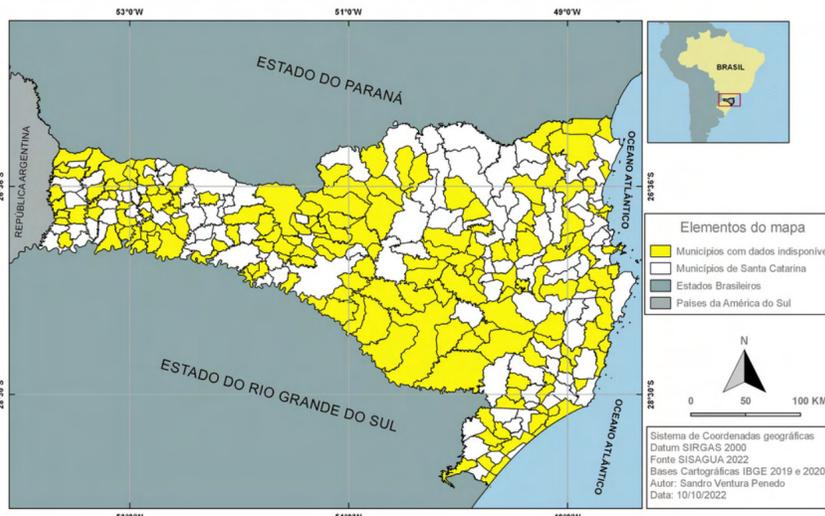
MAPA DA POPULAÇÃO ATINGIDA DOS MUNICÍPIOS COM ÍNDICES DE FLUORETO ACIMA DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC ABRIL/2022



MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICES DE ACORDO COM A PORTARIA ESTADUAL 421/16 SES/SC - SAA - ABRIL 2022



MAPA DOS MUNICÍPIOS COM DADOS INDISPONÍVEIS PARA ÍNDICES DE FLUORETO DA PORTARIA ESTADUAL 421/16 SES/SC - SAA - ABRIL 2022





BOLETIM INFORMATIVO

RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL, MAIO E JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

Abril/22 abaixo da norma 52 municípios:

<u>AGRONOMICA</u>	<u>COCAL DO SUL</u>	<u>PRESIDENTE GETULIO</u>
<u>AGUAS MORNAS</u>	<u>CUNHA PORA</u>	<u>PRESIDENTE NEREU</u>
<u>ANCHIETA</u>	<u>FLORIANOPOLIS</u>	<u>RIO DO CAMPO</u>
<u>ARAQUARI</u>	<u>GALVAO</u>	<u>SALETE</u>
<u>ARVOREDO</u>	<u>IMARUI</u>	<u>SAO BONIFACIO</u>
<u>ATALANTA</u>	<u>IRANI</u>	<u>SAO FRANCISCO DO SUL</u>
<u>AURORA</u>	<u>IRATI</u>	<u>SAO JOAO BATISTA</u>
<u>BALNEARIO ARROIO DO SILVA</u>	<u>ITAIOPOLIS</u>	<u>SAO MIGUEL DO OESTE</u>
<u>BALNEARIO CAMBORIU</u>	<u>ITAJAJ</u>	<u>SAO PEDRO DE ALCANTARA</u>
<u>BALNEARIO PICARRAS</u>	<u>JACINTO MACHADO</u>	<u>SEARA</u>
<u>BARRA VELHA</u>	<u>JOSE BOITEUX</u>	<u>TIJUCAS</u>
<u>BENEDITO NOVO</u>	<u>LAGUNA</u>	<u>TIMBE DO SUL</u>
<u>BOCAINA DO SUL</u>	<u>LUIZ ALVES</u>	<u>TUNAPOLIS</u>
<u>BOM JARDIM DA SERRA</u>	<u>MONTE CARLO</u>	<u>URUSSANGA</u>
<u>BOM JESUS DO OESTE</u>	<u>MONTE CASTELO</u>	<u>VARGEAO</u>
<u>CAIBI</u>	<u>PAPANDUVA</u>	<u>WITMARSUM</u>
<u>CANOINHAS</u>	<u>PIRATUBA</u>	<u>XAVANTINA</u>
	<u>PONTE ALTA DO NORTE</u>	

Abril/22 Municípios acima da norma 23 municípios:

<u>ABELARDO LUZ</u>	<u>GRAVATAL</u>	<u>MAFRA</u>
<u>ARAQUARI</u>	<u>GUARUJA DO SUL</u>	<u>MAJOR GERCINO</u>
<u>BARRA BONITA</u>	<u>ILHOTA</u>	<u>NOVA ERECHIM</u>
<u>CAMPOS NOVOS</u>	<u>INDAIAL</u>	<u>PRESIDENTE CASTELLO</u>
<u>CANOINHAS</u>	<u>ITAJAJ</u>	<u>BRANCO RIQUEZA</u>
<u>DOUTOR PEDRINHO</u>	<u>JUPIA</u>	<u>SERRA ALTA</u>
	<u>LAJEADO GRANDE</u>	<u>SUL BRASIL</u>
	<u>LAURENTINO</u>	<u>TRES BARRAS</u>
	<u>LUIZ ALVES</u>	

Abril/22 Municípios dentro da norma 99

<u>AGRONOMICA</u>	<u>FORQUILHINHA</u>	<u>PASSOS MAIA</u>
<u>AGUAS MORNAS</u>	<u>GALVAO</u>	<u>PETROLANDIA</u>
<u>ALFREDO WAGNER</u>	<u>GRAVATAL</u>	<u>PINHALZINHO</u>
<u>ANCHIETA</u>	<u>GUARACIABA</u>	<u>PIRATUBA</u>
<u>ARAQUARI</u>	<u>GUARAMIRIM</u>	<u>POMERODE</u>
<u>AURORA</u>	<u>GUARUJA DO SUL</u>	<u>PONTE ALTA DO NORTE</u>
<u>BALNEARIO ARROIO DO SILVA</u>	<u>IBICARE</u>	<u>PORTO UNIAO</u>
<u>BARRA VELHA</u>	<u>IBIRAMA</u>	<u>PRESIDENTE GETULIO</u>
<u>BENEDITO NOVO</u>	<u>ILHOTA</u>	<u>PRESIDENTE NEREU</u>
<u>BLUMENAU</u>	<u>INDAIAL</u>	<u>RANCHO QUEIMADO</u>
<u>BOCAINA DO SUL</u>	<u>IPORA DO OESTE</u>	<u>RIO FORTUNA</u>
<u>BOM JARDIM DA SERRA</u>	<u>IPUAQU</u>	<u>RIO NEGRINHO</u>
<u>BOM JESUS</u>	<u>IPUMIRIM</u>	<u>RIQUEZA</u>
<u>BOM JESUS DO OESTE</u>	<u>IRANI</u>	<u>SALTO VELOSO</u>
<u>BRACO DO NORTE</u>	<u>ITAJAJ</u>	<u>SANTA CECILIA</u>
<u>CAIBI</u>	<u>ITAJAJ</u>	<u>SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</u>
<u>CAMBORIU</u>	<u>ITAPEMA</u>	<u>SAO BENTO DO SUL</u>
<u>CAMPOS NOVOS</u>	<u>ITA PIRANGA</u>	<u>SAO FRANCISCO DO SUL</u>
<u>CANOINHAS</u>	<u>JOSE BOITEUX</u>	<u>SAO JOAO DO SUL</u>
<u>CAPINZAL</u>	<u>JUPIA</u>	<u>SAO MIGUEL DO OESTE</u>
<u>CAPIVARI DE BAIXO</u>	<u>LAJEADO GRANDE</u>	<u>SCHROEDER</u>
<u>CONCORDIA</u>	<u>LAURENTINO</u>	<u>SEARA</u>
<u>CORONEL FREITAS</u>	<u>LUIZ ALVES</u>	<u>SERRA ALTA</u>
<u>CORONEL MARTINS</u>	<u>MAFRA</u>	<u>SOMBRIO</u>
<u>CORUPA</u>	<u>MAJOR GERCINO</u>	<u>TIJUCAS</u>
<u>CRICIUMA</u>	<u>MARACAJA</u>	<u>TRES BARRAS</u>
<u>CUNHA PORA</u>	<u>MARAVILHA</u>	<u>TREZE DE MAIO</u>
<u>CURITIBANOS</u>	<u>MONDAI</u>	<u>TUBARAO</u>
<u>DOUTOR PEDRINHO</u>	<u>MONTE CASTELO</u>	<u>UNIAO DO OESTE</u>
<u>FAXINAL DOS GUEDES</u>	<u>NOVA TRENTO</u>	<u>VARGEAO</u>
<u>FLORIANOPOLIS</u>	<u>NOVA VENEZA</u>	<u>VIDAL RAMOS</u>
	<u>NOVO HORIZONTE</u>	<u>WITMARSUM</u>
	<u>ORLEANS</u>	<u>XANXERE</u>
	<u>OURO</u>	
	<u>PAIAL</u>	

Abril 22 Municípios com dados indisponíveis: 171

<u>Abdon Batista</u>	<u>Erval Velho</u>	<u>Palma Sola</u>
<u>Agrolândia</u>	<u>Flor do Sertão</u>	<u>Palmeira</u>
<u>Agua Doce</u>	<u>Formosa do Sul</u>	<u>Palmitos</u>
<u>Agua de Chapecó</u>	<u>Fraiburgo</u>	<u>Passo</u>
<u>Agua Fria</u>	<u>Frei Rogério</u>	<u>Passo de Torres</u>
<u>Alto Bela Vista</u>	<u>Garopaba</u>	<u>Paulo Lopes</u>
<u>Angelina</u>	<u>Garuna</u>	<u>Pedras Grandes</u>
<u>Anita Garibaldi</u>	<u>Gaspar</u>	<u>Penha</u>
<u>Anitópolis</u>	<u>Governador Celso Ramos</u>	<u>Peritiba</u>
<u>Antônio Carlos</u>	<u>Grão-Pará</u>	<u>Pescaria Brava</u>
<u>Apirina</u>	<u>Guabiruba</u>	<u>Pinheiro Preto</u>
<u>Araruaá</u>	<u>Guatambú</u>	<u>Planalto Alegre</u>
<u>Araranguá</u>	<u>Horval d'Oeste</u>	<u>Ponte Alta</u>
<u>Armazém</u>	<u>Ibiara</u>	<u>Ponte Serrada</u>
<u>Arroio Trinta</u>	<u>Içara</u>	<u>Porto Belo</u>
<u>Ascurra</u>	<u>Irbituba</u>	<u>Posto Redondo</u>
<u>Balneário Barra do Sul</u>	<u>Iomerê</u>	<u>Praia Grande</u>
<u>Balneário Gaivotas</u>	<u>Ipira</u>	<u>Princesa</u>
<u>Balneário Rincão</u>	<u>Inaceminha</u>	<u>Quilombo</u>
<u>Bandeirante</u>	<u>Ineópolis</u>	<u>Rio das Antas</u>
<u>Bela Vista do Toldo</u>	<u>Itá</u>	<u>Rio do Oeste</u>
<u>Belmonte</u>	<u>Itapoá</u>	<u>Rio do Sul</u>
<u>Biguaçu</u>	<u>Ituporanga</u>	<u>Rio dos Cedros</u>
<u>Bom Retiro</u>	<u>Jaborá</u>	<u>Rio Rufino</u>
<u>Bombinhas</u>	<u>Jaguaruna</u>	<u>Rodeio</u>
<u>Botuverá</u>	<u>Jaraguá do Sul</u>	<u>Rommelândia</u>
<u>Braço do Trombudo</u>	<u>Jardinópolis</u>	<u>Salinho</u>
<u>Brunópolis</u>	<u>Joaçaba</u>	<u>Sangão</u>
<u>Brusque</u>	<u>Joinville</u>	<u>Santa Helena</u>
<u>Caçador</u>	<u>Lacerdópolis</u>	<u>Santa Rosa de Lima</u>
<u>Calmon</u>	<u>Lages</u>	<u>Santa Rosa do Sul</u>
<u>Campo Alegre</u>	<u>Lauro Müller</u>	<u>Santa Teresinha</u>
<u>Campo Belo do Sul</u>	<u>Lebon Régis</u>	<u>Santa Teresinha do Progresso</u>
<u>Campo Erê</u>	<u>Leoberto Leal</u>	<u>Santiago do Sul</u>
<u>Canelinha</u>	<u>Lindóia do Sul</u>	<u>São Bemardino</u>
<u>Capão Alto</u>	<u>Lontras</u>	<u>São Carlos</u>
<u>Catanduvas</u>	<u>Luzerna</u>	<u>São Cristóvão do Sul</u>
<u>Caxambu do Sul</u>	<u>Macieira</u>	<u>São Domingos</u>
<u>Celso Ramos</u>	<u>Major Vieira</u>	<u>São João do Itaperiú</u>
<u>Cerro Negro</u>	<u>Marema</u>	<u>São João do Oeste</u>
<u>Chapadão do Lageado</u>	<u>Massaranduba</u>	<u>São Joaquim</u>
<u>Chapecó</u>	<u>Matos Costa</u>	<u>São José</u>
<u>Cordilheira Alta</u>	<u>Meleiro</u>	<u>São José do Cedro</u>
<u>Correia Pinto</u>	<u>Mirim Doce</u>	<u>São José do Cerrito</u>
<u>Cunhataí</u>	<u>Modelo</u>	<u>São Lourenço do Oeste</u>
<u>Descanso</u>	<u>Morro da Fumaça</u>	<u>São Ludgero</u>
<u>Dionísio Cerqueira</u>	<u>Morro Grande</u>	<u>São Martinho</u>
<u>Dona Emma</u>	<u>Navegantes</u>	<u>São Miguel da Boa Vista</u>
<u>Entre Rios</u>	<u>Nova Itaberaba</u>	<u>Saudades</u>
<u>Ermo</u>	<u>Oacilho Costa</u>	<u>Siderópolis</u>
	<u>Ouro Verde</u>	<u>Taió</u>
	<u>Painel</u>	<u>Tangará</u>
	<u>Palhoça</u>	<u>Tigrinhos</u>
		<u>Timbó</u>

Timbó Grande
Treviso
Trezê Tilias
Trombudo Central
Turvo

Urubici
Urupema
Vargem
Vargem Bonita
Videira

Vitor Meireles
Xaxim
Zortea

BOLETIM INFORMATIVO

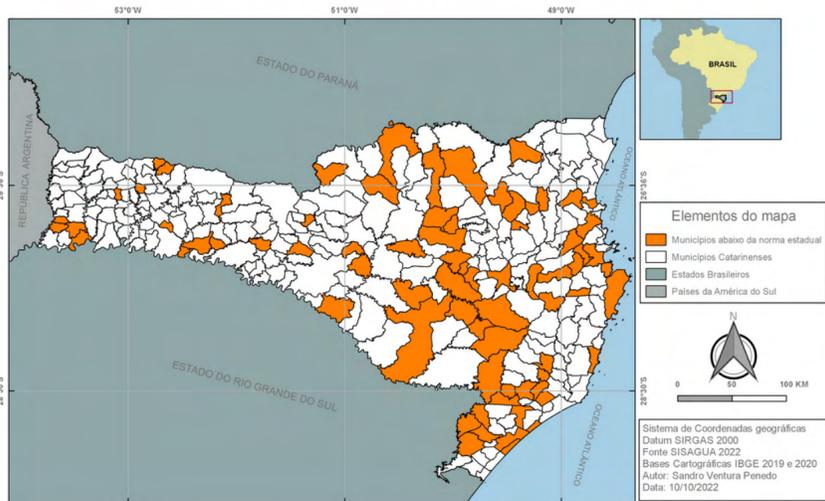
RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL - MAIO - JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

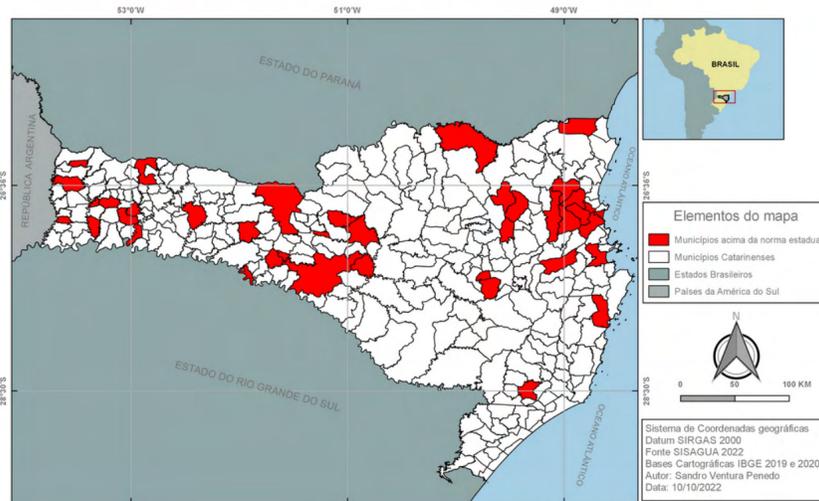
CONFIRA OS DADOS DE VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

Dados extraídos do SISAGUA/MS referente aos meses de abril, maio e junho de 2022, respectivamente.

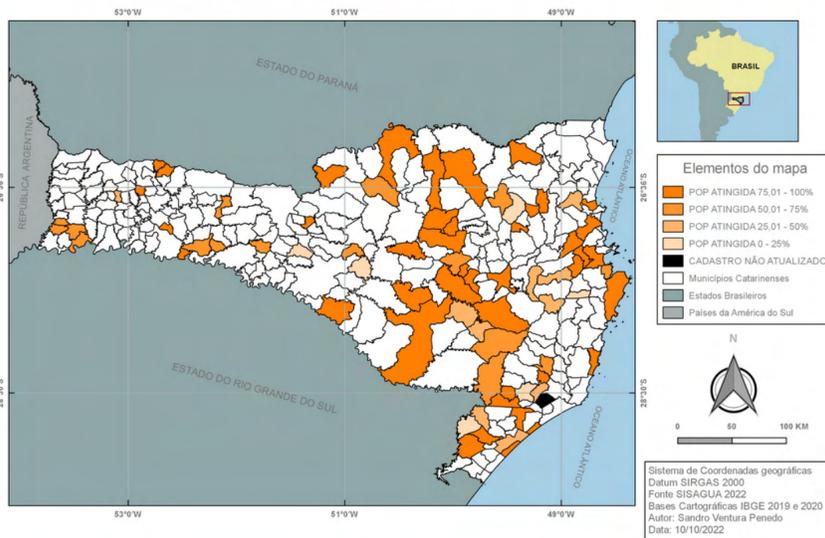
MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICE ABAIXO DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022



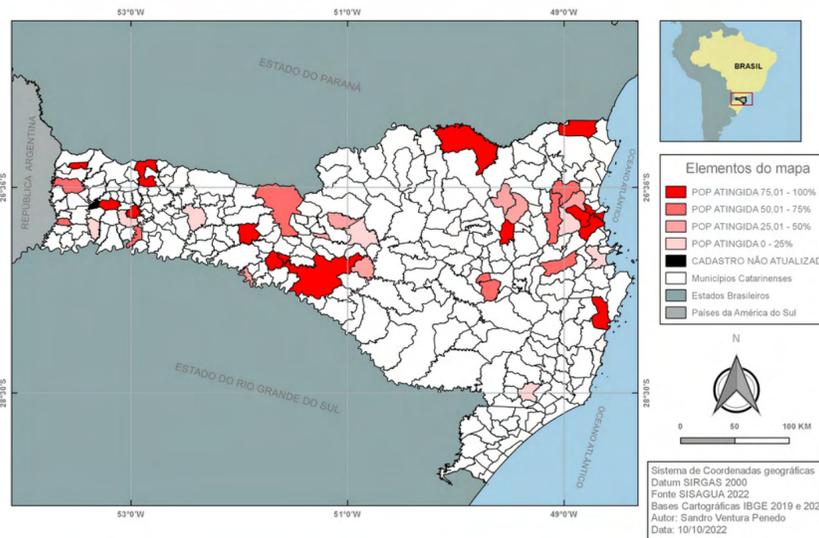
MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICE ACIMA DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022



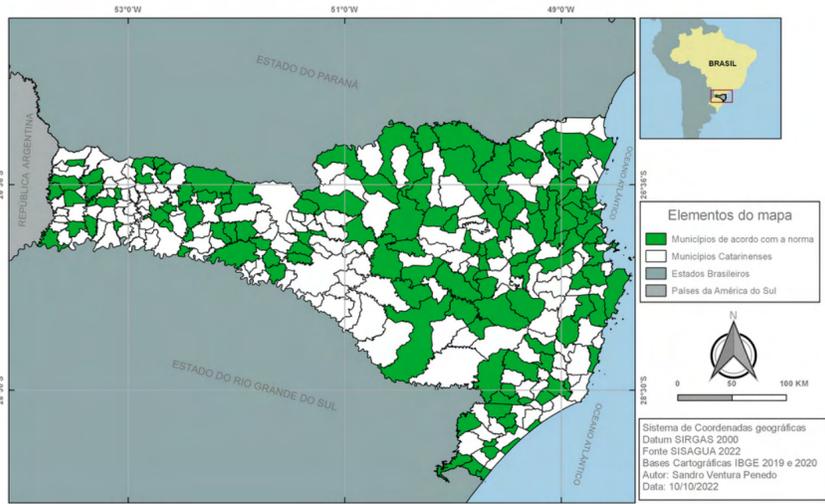
MAPA DA POPULAÇÃO ATINGIDA DOS MUNICÍPIOS COM ÍNDICES DE FLUORETO ABAIXO DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022



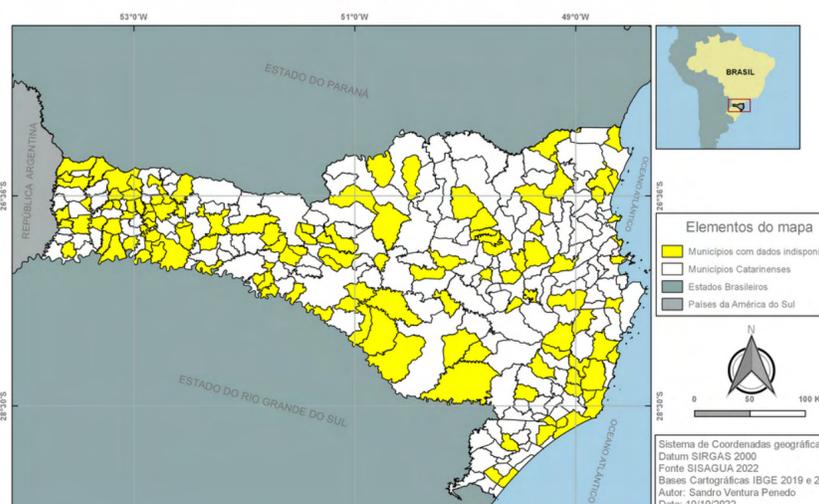
MAPA DA POPULAÇÃO ATINGIDA DOS MUNICÍPIOS COM ÍNDICES DE FLUORETO ACIMA DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022



MAPA DOS MUNICÍPIOS COM AMOSTRAS DE FLUORETO COM ÍNDICE DE ACORDO COM A PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022



MAPA DOS MUNICÍPIOS COM DADOS INDISPONÍVEIS PARA ÍNDICE DE FLUORETO DA PORTARIA ESTADUAL 421/2016/SES/SC MAIO/2022





BOLETIM INFORMATIVO

RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL - MAIO - JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

CONFIRA OS DADOS DE VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

Dados extraídos do SISAGUA/MS referente aos meses de abril, maio e junho de 2022, respectivamente.

Maio/22 abaixo da norma 75 municípios:

AGROLANDIA	GOVERNADOR CELSO RAMOS	RANCHO QUEIMADO
ANITA GARIBALDI	HERVAL D'OESTE	RIO DO CAMPO
ARABUTA	IMBITUBA	RIO RUFINO
ARARANGUA	IPORA DO OESTE	SALETE
ARROIO TRINTA	IRATI	SANTA HELENA
ASCURRA	ITAIOPOLIS	SAO BENTO DO SUL
BALNEARIO ARROIO DO SILVA	ITAJAI	SAO JOAO BATISTA
BALNEARIO PICARRAS	ITUPORANGA	SAO LUDGERO
BALNEARIO RINCAO	JABORA	SAO PEDRO DE ALCANTARA
BENEDITO NOVO	JACINTO MACHADO	SEARA
BOCAINA DO SUL	JUPIA	SIDEROPOLIS
BOM JARDIM DA SERRA	LAGES	TAIO
BOM JESUS DO OESTE	LEOBERTO LEAL	TIJUCAS
BOM RETIRO	LUIZ ALVES	TIMBE DO SUL
BRACO DO NORTE	MAJOR GERCINO	TIMBO
BRACO DO TROMBUDO	MATOS COSTA	TIMBO GRANDE
BRUNOPOLIS	MONDAI	TREVISÓ
BRUSQUE	MONTE CARLO	TREZE DE MAIO
CANELINHA	MORRO GRANDE	TUNAPOLIS
CANOINHAS	OTACILIO COSTA	TURVO
CORDILHEIRA ALTA	PAIAL	URUBICI
CORREIA PINTO	PAPANDUVA	URUSSANGA
CRICIUMA	PEDRAS GRANDES	VARGEAO
DOCTOR PEDRINHO	POMERODE	
FLORIANOPOLIS	PONTE ALTA DO NORTE	
GALVAO	POUSO REDONDO	

Maio/22 Municípios acima da norma 39 municípios:

AGUA DOCE	GARUVA	OURO
AGUAS DE CHAPECO	GASPAR	PALHOCA
ALTO BELA VISTA	GUARACIABA	PETROLANDIA
ATALANTA	GUARUJA DO SUL	PINHALZINHO
BENEDITO NOVO	IBIRAMA	PINHEIRO PRETO
BLUMENAU	ILHOTA	RIO DAS ANTAS
BRUNOPOLIS	IRANI	RIQUEZA
CAMPOS NOVOS	ITAJAI	SANTA HELENA
DOCTOR PEDRINHO	LACERDOPOLIS	SAO LOURENCO DO OESTE
FLOR DO SERTAO	LUIZ ALVES	SAUDADES
FRAIBURGO	MAFRA	TIJUCAS
	MARAVILHA	URUSSANGA
	MASSARANDUBA	XANXERE
	NAVEGANTES	
	NOVA TRENTO	

Maio/22 Municípios dentro da norma 131 municípios

ABELARDO LUZ	FLORIANOPOLIS	PAIAL
AGROLANDIA	FORQUILHINHA	PALHOCA
AGRONOMICA	FRAIBURGO	PARAISO
ALFREDO WAGNER	GALVAO	BASSO DE TORRES
ANCHIETA	GASPAR	BASSOS MAIA
ANTONIO CARLOS	GUABIRUBA	PETROLANDIA
ARVOREDO	GUARACIABA	PINHEIRO PRETO
ASCURRA	GUARAMIRIM	POMERODE
ATALANTA	GUARUJA DO SUL	PONTE ALTA
BALNEARIO ARROIO DO SILVA	HERVAL D'OESTE	PONTE ALTA DO NORTE
BALNEARIO PICARRAS	IBICARE	PORTO UNIAO
BALNEARIO RINCAO	IBIRAMA	PRAIA GRANDE
BARRA VELHA	ILHOTA	PRESIDENTE NEREU
BENEDITO NOVO	IMBITUBA	RIO DO CAMPO
BIGUACU	INDAIAL	RIO DO OESTE
BLUMENAU	IPORA DO OESTE	RIO DO SUL
BOCAINA DO SUL	IPUCACU	RIO FORTUNA
BOM JARDIM DA SERRA	IPUMIRIM	RIO NEGRINHO
BOM JESUS DO OESTE	IRANI	RIO RUFINO
BOM RETIRO	ITAIOPOLIS	RIQUEZA
BOMBINHAS	ITAJAI	ROMELANDIA
BRACO DO NORTE	ITAPEMA	SALETE
BRUSQUE	ITAPIRANGA	SANTA CECILIA
CACADOR	JABORA	SANTA CECILIA
CAMBORIU	JOINVILLE	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
CANOINHAS	JOSE BOITTEUX	SAO BENTO DO SUL
CAPINZAL	JUPIA	SAO BONIFACIO
CAPIVARI DE BAIXO	LAGES	SAO FRANCISCO DO SUL
COCAL DO SUL	LAURENTINO	SAO JOAO DO SUL
CONCORDIA	LINDOIA DO SUL	SAO LOURENCO DO OESTE
CORDILHEIRA ALTA	LUIZ ALVES	SAO MIGUEL DO OESTE
CORONEL FREITAS	MACIEIRA	SCHROEDER
CORONEL MARTINS	MAFRA	SIDEROPOLIS
CORREIA PINTO	MAJOR VIEIRA	SOMBRIÓ
CORUPA	MARACAIA	TIJUCAS
CUNHATAI	MARAVILHA	TIMBE DO SUL
CURITIBANOS	MAREMA	TIMBO
DOCTOR PEDRINHO	MASSARANDUBA	TIMBO GRANDE
ERMO	MONTE CASTELO	TRES BARRAS
ERVAL VELHO	NAVEGANTES	TREVISÓ
FLOR DO SERTAO	NOVA TRENTO	TREZE DE MAIO
	NOVA VENEZA	TUBARAO
	ORLEANS	VARGEAO
	OTACILIO COSTA	VIDAL RAMOS
	OURO	XANXERE
	OURO VERDE	

Maio 22 Municípios com dados indisponíveis: 123

Abdon Batista	Chapadão do Lageado	Meleiro	Santiago do Sul
Águas Frias	Chapecó	Mirim Doce	São Bernardino
Águas Mornas	Cunha Porã	Modelo	São Carlos
Angelina	Descanso	Morro da Fumaça	São Cristóvão do Sul
Anitópolis	Dionísio Cerqueira	Nova Erechim	São Domingos
Apiúna	Dona Emma	Nova Itaberaba	São João do Itaperiú
Araquari	Entre Rios	Novo Horizonte	São João do Oeste
Armazém	Faxinal dos Guedes	Painel	São Joaquim
Aurora	Formosa do Sul	Palma Sola	São José
Balneário Barra do Sul	Frei Rogério	Palmeira	São José do Cedro
Balneário Camboriú	Garopaba	Palmitos	São José do Cerrito
Balneário Gaivota	Grão-Pará	Paulo Lopes	São Martinho
Bandeirante	Gravatá	Penha	São Miguel da Boa Vista
Barra Bonita	Guatambú	Peritiba	Serra Alta
Bela Vista do Toldo	Ibiam	Pescaria Brava	Sul Brasil
Belmonte	Içara	Piratuba	Tangará
Bom Jesus	Imaruí	Planalto Alegre	Tigrinhos
Botuverá	Imbuia	Ponte Serrada	Treze Tilias
Caibi	Iomerê	Porto Belo	Trombudo Central
Calmon	Ipira	Presidente Castello Branco	União do Oeste
Campo Alegre	Iraceminha	Presidente Getúlio	Urupema
Campo Belo do Sul	Irineópolis	Princesa	Vargem
Campo Erê	Itá	Quilombo	Vargem Bonita
Capão Alto	Itapoá	Rio dos Cedros	Videira
Catanduvas	Jaguaruna	Rodeio	Vitor Meireles
Caxambu do Sul	Jaraguá do Sul	Saltinho	Witmarsum
Celso Ramos	Jardinópolis	Salto Veloso	Xavantina
Cerro Negro	Joaçaba	Sangão	Xaxim
	Laguna	Santa Rosa de Lima	Zortéa
	Lajeado Grande	Santa Rosa do Sul	
	Lauro Müller	Santa Terezinha	
	Lebon Régis	Santa Terezinha do Progresso	
	Lontras		
	Luzerna		

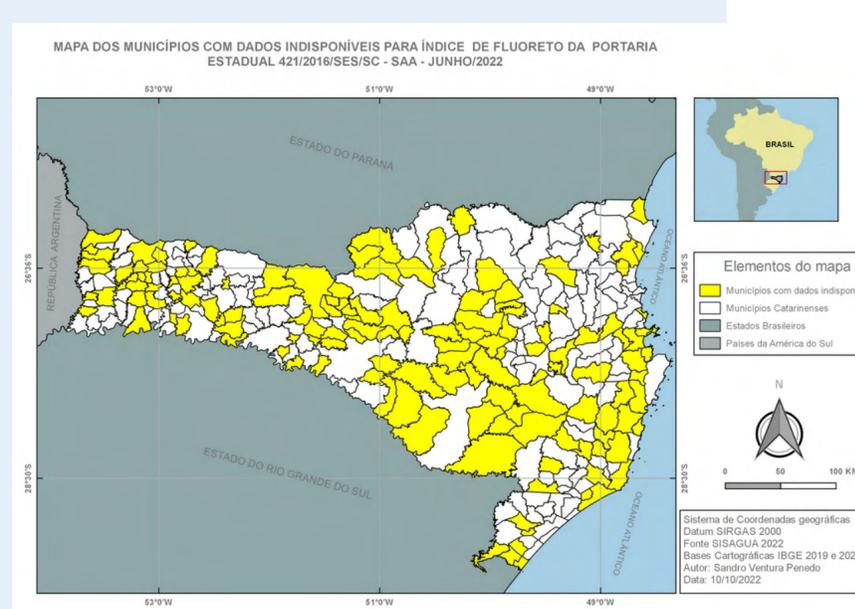
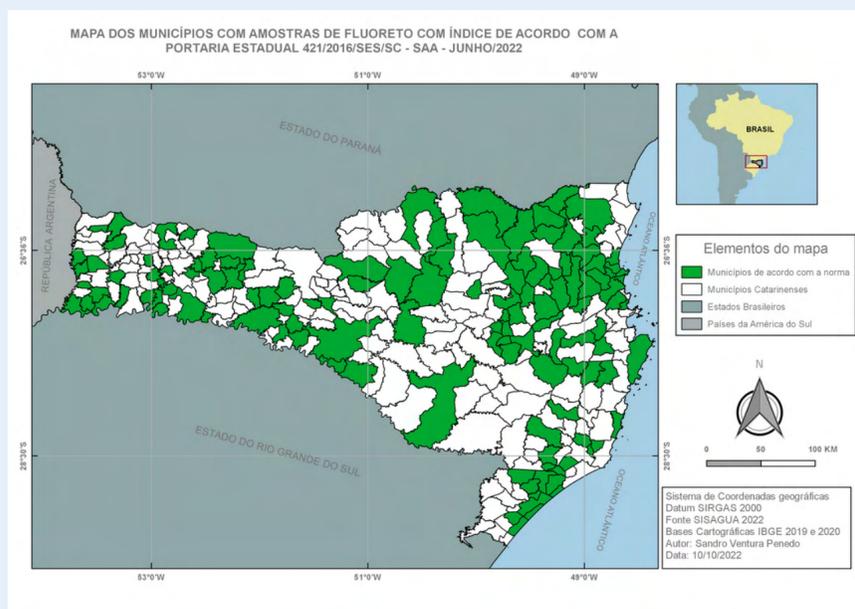
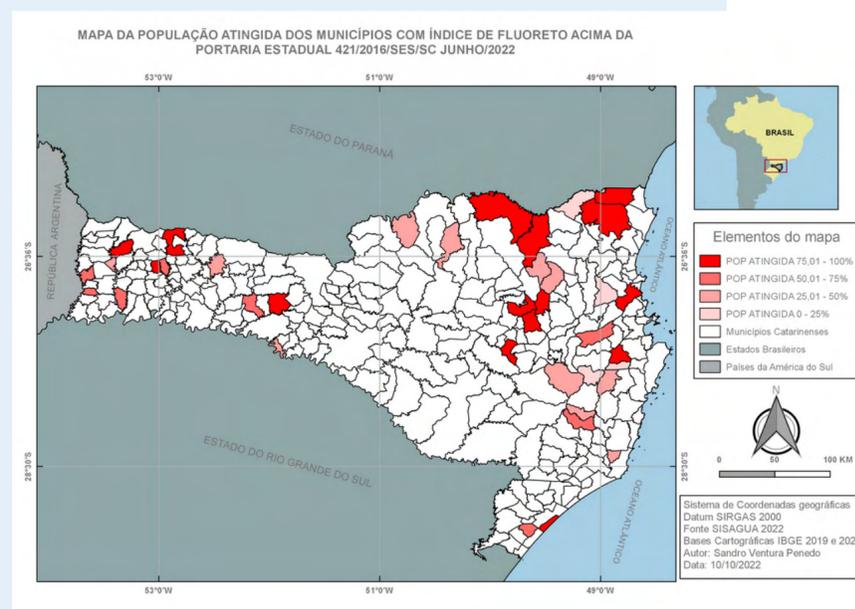
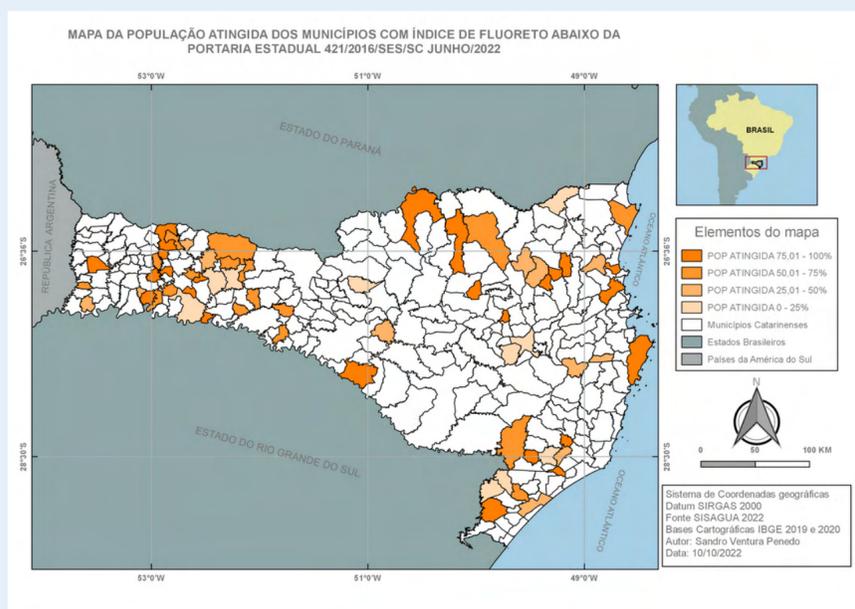
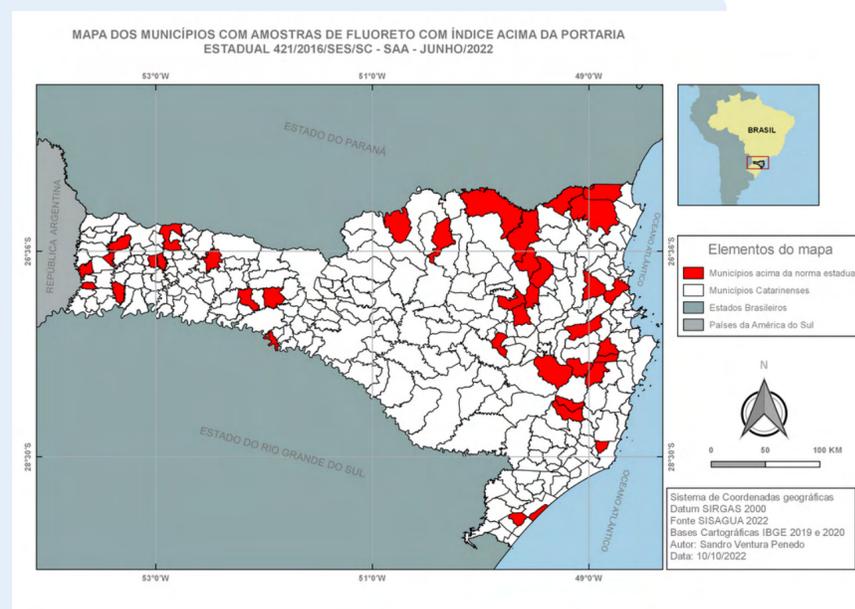
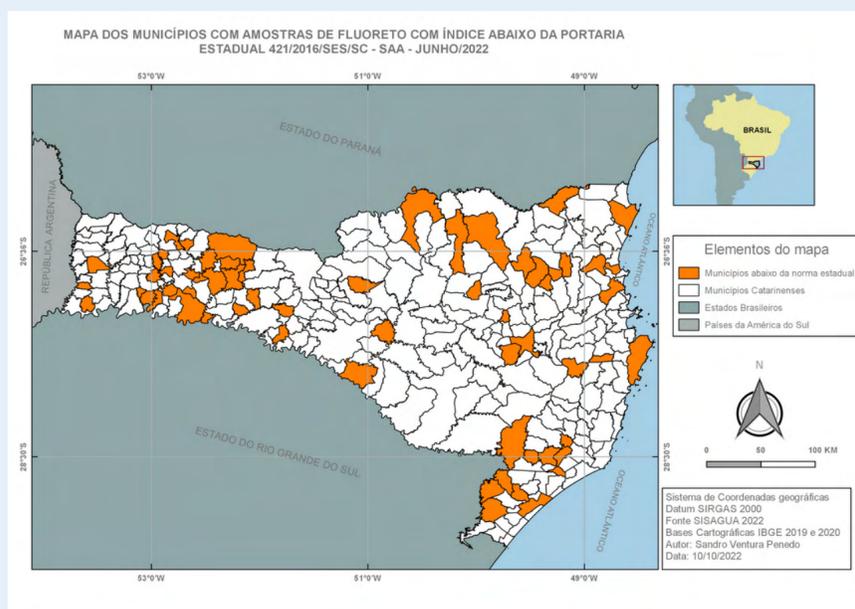
BOLETIM INFORMATIVO

RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL - MAIO - JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

CONFIRA OS DADOS DE VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

Dados extraídos do SISAGUA/MS referente aos meses de abril, maio e junho de 2022, respectivamente.





BOLETIM INFORMATIVO

RESULTADOS DAS ANÁLISES VIGIFLUOR DE ABRIL - MAIO - JUNHO/2022

ELABORAÇÃO DOS MAPAS: GEOG. SANDRO VENTURA PENEDO - DIVS/GESAM/DQA

CONFIRA OS DADOS DE VIGILÂNCIA PARA O MONITORAMENTO DO TEOR DE FLUORETO NA ÁGUA DO SEU MUNICÍPIO

Dados extraídos do SISAGUA/MS referente aos meses de abril, maio e junho de 2022, respectivamente.

Junho/22 abaixo da norma 62 municípios:

ABELARDO LUZ
AGUAS DE CHAPECO
ANITA GARIBALDI
ARABUTA
ARARANGUA
BALNEARIO PICARRAS
BENEDITO NOVO
BOM JARDIM DA SERRA
BRUNOPOLIS
CAMPO ALEGRE
CANOINHAS
CHAPECO
CORDILHEIRA ALTA
CORONEL MARTINS
CUNHATAI
DOUTOR PEDRINHO
FAXINAL DOS GUEDES
FLORIANOPOLIS
IPIRA

IPUACU
IRATI
ITAIOPOLIS
ITAJAI
ITUPORANGA
JABORA
JACINTO MACHADO
LAJEADO GRANDE
LAURENTINO
LINDOIA DO SUL
LUIZ ALVES
MAREMA
MELEIRO
MORRO DA FUMACA
MORRO GRANDE
NOVA ITABERABA
NOVO HORIZONTE
OURO VERDE
PAIAL
PAPANDUVA
PEDRAS GRANDES
PETROLANDIA

PINHALZINHO
POMERODE
RANCHO QUEIMADO
RIO DAS ANTAS
RODEIO
SALETE
SANTA HELENA
SAO CARLOS
SAO FRANCISCO DO SUL
SAO JOAO DO OESTE
SAO LUDGERO
SAO MIGUEL DO OESTE
SAO PEDRO DE
ALCANTARA
SUL BRASIL
TIMBE DO SUL
TIMBO
TREVISO
UNIAO DO OESTE
URUSSANGA
VARGEAO
XANXERE

Junho/22 Municípios acima da norma 38 municípios:

AGROLANDIA
AGUAS MORNAS
ALFREDO WAGNER
ALTO BELA VISTA
ANCHIETA
ANTONIO CARLOS
BALNEARIO ARROIO DO SILVA
BANDEIRANTE
BARRA BONITA
BENEDITO NOVO
CAMPO ALEGRE

DOUTOR PEDRINHO
GARUVA
GASPAR
IBIRAMA
IPUACU
IPUMIRIM
IRANI
IRINEOPOLIS
ITAJAI
JOINVILLE
MAFRA
MAJOR VIEIRA
NOVA TRENTO
PESCARIA BRAVA
PRESIDENTE GETULIO

RANCHO QUEIMADO
RIO DO SUL
RIO FORTUNA
RIO NEGRINHO
RIQUEZA
SANTA HELENA
SANTA ROSA DE LIMA
SAO LOURENCO DO OESTE
SAO PEDRO DE
ALCANTARA
SERRA ALTA
SOMBRIO
SUL BRASIL

Junho/22 Municípios dentro da norma 126 municípios

ABELARDO LUZ
AGROLANDIA
AGRONOMICA
AGUAS DE CHAPECO
AGUAS MORNAS
ALFREDO WAGNER
ANCHIETA
ANITA GARIBALDI
ANTONIO CARLOS
APIUNA
ARARANGUA
ATALANTA
BALNEARIO ARROIO DO SILVA
BALNEARIO GAIVOTA
BALNEARIO PICARRAS
BALNEARIO RINCAO
BANDEIRANTE
BARRA VELHA
BENEDITO NOVO
BLUMENAU
CACADOR
CAIBI
CAMBORIU
CAMPO ALEGRE
CAMPOS NOVOS
CANOINHAS
CAPINZAL
CAPIVARI DE BAIXO

CAXAMBU DO SUL
CELSO RAMOS
CHAPECO
COCAL DO SUL
CONCORDIA
CORUPA
CRICIUMA
CURITIBANOS
DOUTOR PEDRINHO
ENTRE RIOS
FAXINAL DOS GUEDES
FLORIANOPOLIS
FORQUILHINHA
GALVAO
GASPAR
GRAVATAL
GUABIRUBA
GUARAMIRIM
GUARUJA DO SUL
IBICARE
IBIRAMA
ICARA
ILHOTA
IMBITUBA
INDAIAL
IPIRA
IPORA DO OESTE
IPUACU
IRACEMINHA
IRANI
ITAIOPOLIS
ITAJAI
ITAPEMA
ITAPIRANGA

ITUPORANGA
JABORA
JARAGUA DO SUL
JOINVILLE
JOSE BOITEUX
LAGES
LAURENTINO
LEBON REGIS
LEOBERTO LEAL
LINDOIA DO SUL
LUIZ ALVES
LUZERNA
MAFRA
MAJOR GERCINO
MAJOR VIEIRA
MARACAJA
MAREMA
MASSARANDUBA
MONDAI
MONTE CASTELO
MORRO DA FUMACA
NAVEGANTES
NOVA ERECHIM
NOVA ITABERABA
NOVA VENEZA
ORLEANS
OURO
OURO VERDE
PAIAL
PALMA SOLA
PARAISO
PENHA
PESCARIA BRAVA
PETROLANDIA
PINHALZINHO

POMERODE
PRESIDENTE
GETULIO
PRESIDENTE NEREU
RANCHO QUEIMADO
RIO DAS ANTAS
RIO DO SUL
RIO FORTUNA
RIO NEGRINHO
RODEIO
SALETE
SANTA CECILIA
SANTA HELENA
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SAO BENTO DO SUL
SAO CARLOS
SAO JOAO BATISTA
SAO JOAO DO OESTE
SAO LOURENCO DO OESTE
SAO MIGUEL DO OESTE
SERRA ALTA
SOMBRIO
TIMBO
TREZE DE MAIO
TROMBUDO
CENTRAL
UNIAO DO OESTE
URUSSANGA
VARGEAO
VARGEM BONITA
XANXERE

Junho/22 Municípios com dados indisponíveis 142 municípios

Abdon Batista
Água Doce
Águas Frias
Angelina
Anitópolis
Araquari
Armazém
Arroio Trinta
Arvoredo
Aurora
Balneário Barra do Sul
Balneário Camboriú
Bela Vista do Toldo
Belmonte
Biguaçu
Bocaina do Sul
Bom Jesus
Bom Jesus do Oeste
Bom Retiro
Bombinhas
Botuverá
Braço do Norte
Braço do Trombudo
Brusque
Calmon
Campo Belo do Sul
Campo Erê
Canelinha
Capão Alto
Catanduvas
Cerro Negro
Chapadão do Lageado
Coronel Freitas

Correia Pinto
Cunha Porã
Descanso
Dionísio Cerqueira
Dona Emma
Ermo
Ervail Velho
Flor do Sertão
Formosa do Sul
Fraiburgo
Frei Rogério
Garopaba
Governador Celso Ramos
Grão-Pará
Guaraciaba
Guatambú
Herval d'Oeste
Ibiam
Imaú
Imbuia
Iomerê
Itá
Itapoá
Jaguaruna
Jardinópolis
Joçaba
Jupia
Lacerdópolis
Laguna
Lauro Müller
Lontras
Macieira
Maravilha
Matos Costa
Mirim Doce
Modelo
Monte Carlo
Otacílio Costa

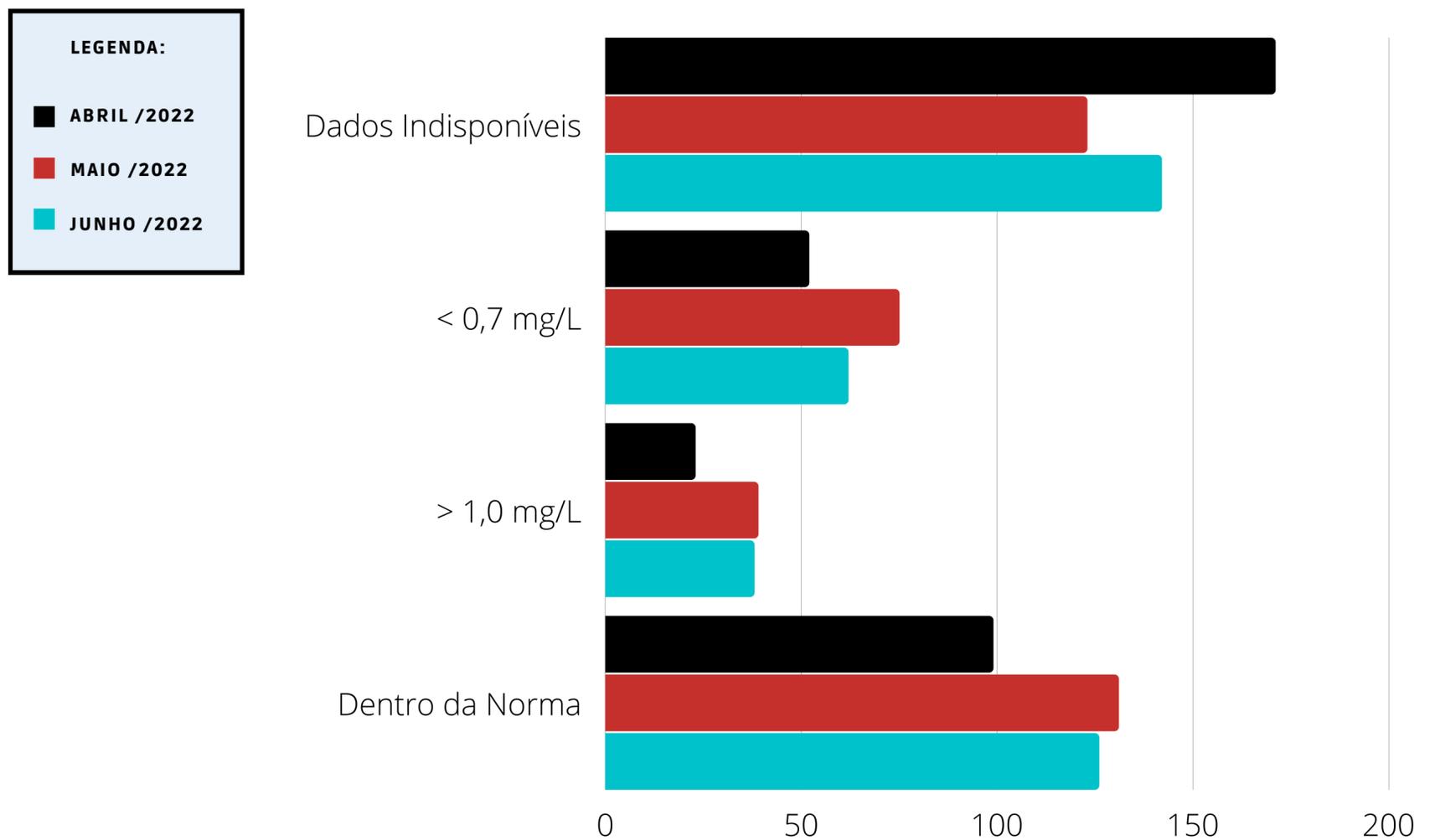
Painel
Palhoça
Palmeira
Palmitos
Passo de Torres
Passos Maia
Paulo Lopes
Peritiba
Pinheiro Preto
Piratuba
Planalto Alegre
Ponte Alta
Ponte Alta do Norte
Ponte Serrada
Porto Belo
Porto União
Pouso Redondo
Praia Grande
Presidente Castello Branco
Princesa
Quilombo
Rio do Campo
Rio do Oeste
Rio dos Cedros
Rio Rufino
Romelândia
Saltinho
Salto Veloso
Sangão
Santa Rosa do Sul
Santa Terezinha
Santa Terezinha do Progresso
Santiago do Sul
Santo Amaro da Imperatriz
São Bernardino
São Bonifácio

São Cristóvão do Sul
São Domingos
São João do Itaperiú
São João do Sul
São Joaquim
São José
São José do Cedro
São José do Cerrito
São Martinho
São Miguel da Boa Vista
Saudades
Schroeder
Seara
Siderópolis
Taió
Tangará
Tigrinhos
Tijucas
Timbó Grande
Três Barras
Treze Tílias
Tubarão
Tunápolis
Turvo
Urubici
Urupema
Vargem
Vidal Ramos
Videira
Vitor Meireles
Witmarsum
Xavantina
Xaxim
Zortéa



ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MONITORAMENTO VIGIFLUOR DE ABRIL A JUNHO DE 2022

GRÁFICO 01 - BALANÇO GERAL DO MONITORAMENTO VIGIFLUOR SC -
DE ABRIL A JUNHO / 2022



O gráfico 01 representa os dados de conformidade e não conformidade das amostras de água analisadas para fluoreto dos municípios de Santa Catarina, em relação a PRT 421/2016/SES, em função do quantitativo das amostras analisadas.

A partir da análise dos dados, é possível verificar que no mês de maio foi detectado um comportamento preocupante no que diz respeito ao aumento do número de municípios com teor de fluoreto abaixo da norma estadual, representando 75 municípios de Santa Catarina. Concomitante a esse fato, o número de amostras com teor acima de 1,0 mg/L também aumentou para 39 municípios. Um alerta!

Outra preocupação são aqueles municípios que do total de amostras programadas para análise de fluoreto (de acordo com a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem do Ministério da Saúde), apenas uma amostra estava de acordo com a norma.

Cabe destacar também, que a ausência de dados de monitoramento, independente da causa relacionada, tais como problemas de coleta e transporte, falta de insumos para análise, atraso na inserção de dados e/ou problemas de integração nos sistemas de informações, refletem de forma significativa no percentual total de amostras em desconformidade com a norma estadual (entre 0,7 - 1,0 mg/L).

Notório informar que o monitoramento de vigilância em saúde desde os procedimentos de coleta, análise, inserção de dados e validação dos resultados na plataforma SISAGUA/MS se fazem necessários e obrigatórios em tempo oportuno, a fim de que se possa avaliar de forma efetiva os resultados para as tomadas de decisão e planejamento das ações.

Destaca-se, aqui, que o número mínimo mensal de análises do Plano de Amostragem de Vigilância Sanitária é definido em função da população total do município e constitui um quantitativo único a ser distribuído para o monitoramento da qualidade da água pela Diretriz Nacional do Plano de Amostragem.

Portanto, o cumprimento do Plano de Amostragem de Vigilância é fundamental para atingir, não somente os objetivos do VIGIAGUA, no que tange a vigilância da qualidade da água para consumo humano, como fornece uma auditoria para o serviço de vigilância do monitoramento da água e, conseqüentemente, garantindo a qualidade da água que bebemos.



BOLETIM INFORMATIVO

NOTA DA GERENTE EM SAÚDE AMBIENTAL- GESAM/DIVS/SES

OLHAR AMPLIADO PARA A SAÚDE DOS CATARINENSES

MICHELE MARCON TELLES

GERENTE DE SAÚDE AMBIENTAL/GESAM/DIVS/SES

Esta edição do boletim VIGIFLUOR pretende contribuir com as informações dos dados de vigilância sanitária e com um conjunto de temas relevantes dos parceiros da saúde bucal. Na sexta edição do boletim é apresentado de forma didática e sintética, onde os textos não pretendem esgotar a abordagem dos assuntos, mas, ao contrário, pretende ser um ponto de partida para compreensão da função da vigilância da qualidade da água, especialmente a vigilância do íon fluoreto.

Na prática, reconhecemos que o boletim VIGIFLUOR pode efetivamente contribuir não somente para a transparência dos dados de vigilância sanitária, mas, também, apresentar indicações substanciais para promover a saúde bucal dos catarinenses.

Nesse contexto e com base nos assuntos já expostos em boletins anteriores, assegura-se que as coletas de águas obedecendo a diretriz do plano de amostragem são de extrema importância e, conseqüentemente, o monitoramento dos resultados é fundamental.

Esta sexta edição ainda traz conteúdos específicos sobre o objeto de estudo, configurando-se como uma fonte de conhecimentos que podem, posteriormente, servir como fonte de pesquisa e consciência educacional. Evidentemente, para que esta informação alcance esse patamar de contribuição, é necessário uma linguagem clara a fim de mobilizar o entendimento e compreensão de todos que acessam o boletim VIGIFLUOR/SC.

A comissão estabelecida pelos parceiros do VIGIFLUOR/SC atua nos aspectos interdisciplinares de diferentes saberes, para garantia da isonomia na avaliação dos processos, no estabelecimento de ampla discussão sobre a saúde bucal, e uniformização dos critérios e respectivos resultados para as futuras tomadas de decisões.

Espera-se, com esta publicação, fortalecer o trabalho da vigilância do flúor em Santa Catarina na direção da integração e articulação permanente da saúde, da educação, da atenção primária e outros parceiros a fim de proporcionar melhorias da qualidade da água que bebemos e também no atendimento prestado à população catarinense.

Assim, desejamos a todos boa leitura desta sexta edição do boletim VIGIFLUOR/SC.

PROGRAMA VIGIFLUOR/SC

Dúvidas e/ou sugestões

Entre em contato

Telefone: (48) 3251.7886

Endereços eletrônicos:

vigiagua@saude.sc.gov.br

gesam@saude.sc.gov.br



SAÚDE A TODOS !

Equipe VIGIFLUOR/SC e VIGIAGUA/SC. Divisão da Qualidade da Água-DQA/GESAM/DIVS. Textos: Profº. Fernando da Silva dos Santos, Msc. e Sonia de F. S. Quadri, Dra. Elaboração dos mapas: Geógrafo Sandro Ventura Penedo. Revisão: Fernando da Silva dos Santos e Ana Cristina Pinheiro do Prado. É permitida reprodução total ou parcial dos textos publicados neste informativo desde que citada a fonte. Informativo de livre circulação - A equipe VIGIFLUOR/SC não se responsabiliza pelo uso inadequado de suas informações.

CAPA: Bernardo Dias dos Santos, 3 anos

A foto da capa foi gentilmente cedida por Dra. Munique Dias (DIVS/GESAM/DRA)